

Universidades Lusíada

Pinto, Ricardo Leite, 1958-

**Tribunal Constitucional : acórdão n.º 17/94 de
18/1/94 : pedido de extinção da organização
denominada Movimento de Acção Nacionalista -
MAN**

<http://hdl.handle.net/11067/4982>

Metadata

Issue Date	1995
Keywords	Direito constitucional - Portugal - Jurisprudência, Direita política - Portugal
Type	article
Peer Reviewed	yes
Collections	[ULL-FD] Polis, n. 02 (1995)

This page was automatically generated in 2020-03-05T06:57:47Z with
information provided by the Repository

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO N.º 17/94

Proc. n.º 364/91

**PEDIDO DE EXTINÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DENOMINADA
MOVIMENTO DE ACÇÃO NACIONALISTA — MAN**

Acordam, em sessão plenária, no Tribunal Constitucional:

I — Relatório

1 — O Procurador-Geral da República veio requerer, ao abrigo do disposto no artigo 46.º, n.º 4, da Constituição da República e nos artigos 1.º e 8.º da Lei n.º 64/78, de 6 de Outubro, bem como no artigo 10.º da Lei do Tribunal Constitucional, a declaração de extinção da organização denominada Movimento de Acção Nacional — MAN, por se tratar de uma organização que «perfilha a ideologia fascista».

A fundamentar o pedido, aduz-se, no requerimento introdutório da instância, um extenso rol de factos, os quais, todavia, podem reconduzir-se, no essencial, ao seguinte:

- a) No ano de 1985, em data anterior a 25 de Junho, um grupo de jovens residentes na área da Amadora, entre os quais José Luís Paulo Henriques, Jorge Manuel Taveira de Andrade, Alexandre Manuel da Costa Freire Gonçalves, João Paulo Sequeira Martins e Vítor Manuel dos Santos Araújo, decidiu conjugar esforços para criar uma estrutura ou organização de âmbito nacional e carácter de permanência, a que deram a designação de Movimento de Acção Nacional, com a sigla MAN;
- b) Visavam, com essa estrutura, intervir activamente na vida política nacional, desencadeando um processo revolucionário que culminaria com o derrube do sistema político-constitucional vigente e a instauração de um outro modelo de Estado, designado «Estado nacionalista»;

- c) Por escritura outorgada em 25 de Junho de 1985, no Cartório Notarial da Amadora, pelas cinco pessoas referidas na alínea a), foi constituída uma associação sem fins lucrativos, denominada Associação Cultural Acção Nacional, tendo por objectivo declarado (...) a defesa e promoção dos valores nacionais, culturais, éticos, étnicos e espirituais» — associação que não era senão o suporte institucional para viabilizar o prosseguimento de, pelo menos, parte da actividade do MAN;
- d) A definição dos objectivos e da filosofia que norteiam o Movimento de Acção Nacional foi sendo feita, nomeadamente, no periódico *Acção*, «jornal nacionalista de combate ao sistema», propriedade do MAN e seu «órgão de expressão», cujo primeiro número foi publicado em Janeiro de 1986 — e, para além dele, noutras publicações do Movimento, como o jornal *Ofensiva* (que substituiu o *Acção*), o *Manifesto*, os *Pontos Programáticos* e os *Estatutos*, e o boletim *Vencer*;
- e) De textos publicados nos lugares indicados (de que se fazem abundantes transcrições no requerimento inicial) resulta que o MAN, autodefinindo-se como «uma organização cultural e política caracterizada por uma terceira atitude que se coloca em oposição ao capitalismo e socialismo de ‘esquerda’», se perfilha, em síntese, como um movimento antidemocrático, evidenciando, em particular, uma clara aversão ao regime democrático instaurado em Portugal após 25 de Abril de 1974 e às suas instituições (em especial, os partidos políticos);
- f) Daí que o MAN se proponha justamente como objectivo (como tal consagrado nos seus estatutos) empreender o derrube, por via revolucionária, desse regime, para, em seu lugar, ser instaurado um «Estado nacionalista»;
- g) Para tanto, o MAN empenha-se na formação política dos seus militantes, aos quais incute a exaltação da colectividade nacional, a sobreposição dos interesses desta aos dos indivíduos, o culto da pureza da raça e do corpo, da ordem, da disciplina e da hierarquia;
- h) Assim, por um lado, os militantes e apoiantes do MAN reclamam-se de «nacionalistas», reconduzindo-se o seu nacionalismo, não simplesmente, como pretendem, à defesa da integridade cultural, étnica e política da Nação, mas entroncando na

concepção do Estado nacionalista por cuja instauração propugnam, e que tem como modelos inspiradores a Alemanha sob a direcção de Hitler, a Itália sob a direcção de Mussolini e Portugal sob a direcção de Oliveira Salazar;

- l) O pensamento e acção destas figuras são exaltados, quer de viva voz por membros da comissão política do Movimento, quer em literatura cuja venda e distribuição o MAN promove, como é o caso, em particular, de publicações das denominadas Edições Último Reduto;
- j) A par disso, o MAN e os seus militantes utilizam e difundem símbolos que a generalidade das pessoas alia aos regimes de Hitler e Mussolini — como são a saudação de braço ao alto, a cruz céltica e a cruz suástica —, bem conhecendo o seu significado histórico e as suas conotações actuais;
- l) Por outro lado, os militantes e apoiantes do MAN reclamam-se de «racialistas» — o que se traduz na defesa de uma concepção impeditiva da coexistência de várias raças no mesmo espaço territorial e da miscigenação, que é tida como uma forma de degradação das raças;
- m) Tal concepção espelha-se em vários *slogans* utilizados pelo MAN e pintados pelos seus militantes em paredes do País, *slogans* que encontram explicitada a sua fundamentação em textos do Movimento, e que reflectem uma atitude de intolerância e rejeição relativamente a elementos não brancos da comunidade portuguesa — a qual se estende nesses textos, de resto, igualmente aos judeus,
- n) A defesa dos valores nacionais feita pelo MAN tem também uma dimensão que o Movimento qualifica de ética, a qual se prende com a condenação activa e intransigente de comportamentos diferenciados, nomeadamente o consumo de drogas, a prostituição e a homossexualidade — feita em nome de um modelo de homem simultaneamente político e soldado activo, à imagem da juventude hitleriana e dos guardas de ferro de Corneliu Codreanu;
- o) O MAN defende a postura agressiva dos seus membros e a utilização de métodos violentos como os únicos aptos a permitir a realização dos objectivos que se propõe — sendo que, nos seus textos, se exortam os militantes à prática da violência (nomeada-

mente através da exaltação de agressões contra membros de grupos sociais que o movimento rejeita) e se apela, «quer expressa quer subliminarmente, à revolta permanente e à agressão»;

- p) Nos anos de 1985 e 1986 a actividade do MAN não foi significativa: com um número de militantes relativamente reduzido e uma implantação territorial localizada (circunscrita de início à Amadora, mas depois alargada a Lisboa, Castelo Branco, Porto e Queijas), o Movimento estruturava-se em pequenos grupos — «grupos de acção» —, cuja actividade se limitava à realização de reuniões de preparação política e à difusão de propaganda em acções de rua, grupos que agiam sob a coordenação e orientação de um «núcleo central», integrado pelos dirigentes, ao qual cabia a definição da política do movimento, a elaboração de material de propaganda política e a sua distribuição pelo correio e a organização administrativa e financeira. Foi constituído ainda, para garantir a viabilidade financeira do projecto, um «grupo de apoio militante»;
- q) Mas já em 1987 o MAN veio a conhecer um período de notória expansão, quer em número de aderentes, quer nas realizações levadas a cabo;
- r) É por essa época — e na concretização do propósito que os dirigentes do MAN haviam formado de fazer integrar nas suas fileiras o maior número possível de aderentes do movimento «Skin Head», no intuito de aproveitarem a apetência destes para actos violentos — que vêm a aderir ao MAN elementos preponderantes desse outro movimento (o primeiro deles, aliás, já em 1986), o que foi determinante para a captação deste último;
- s) Concomitantemente, o MAN veio a apoiar o lançamento de uma publicação com o título *Combate Branco*, que tem como objectivo — de acordo com o editorial do seu primeiro e único número conhecido, de 5 de Julho de 1987 — «a organização do movimento *Skin* português», a qual (segundo o mesmo editorial) se inscreveria num processo mais vasto que aglutinaria os «Skin Head», «todos os autónomos nacionais revolucionários e nacionais socialistas» e ainda «aqueles que militam em organizações que perfilham este ponto de vista». Nessa publicação, além de se lançar o apelo a uma campanha de inscrições murais que deveriam ser acompanhadas da cruz céltica e das iniciais do MAN,

inseriu-se — para mais facilmente atrair elementos do movimento *Skin* — um historial deste movimento a nível europeu (historial caracterizado pelo incentivo e exaltação das acções violentas praticadas por grupos «Skin Head»), bem como a divulgação das publicações por ele editadas e grupos musicais nele inseridos;

- t) Ainda no ano de 1987, o MAN decidiu editar uma publicação dirigida ao movimento «Skin Head» do Norte do País, a que deu a designação de *Vento do Norte*, e que teve por conteúdo essencial textos de divulgação ideológica e propaganda do MAN, em associação com propaganda relativa ao movimento «Skin Head» nacional e internacional. Nessa publicação englobava-se, nomeadamente, vasta informação sobre grupos musicais e catálogos de *cassettes* áudio de música «nacionalista» comercializadas pelo MAN, procurando assim este, através do processo já adoptado pelo *Combate Branco*, atrair uma vasta camada de aderentes do movimento «Skin Head»;
- u) Na tentativa de enquadramento do movimento «Skin Head» português, o MAN utilizou ainda as páginas do periódico *Acção*, em cujo n.º 4 foi publicado um artigo sobre «música nacionalista», de carácter apologético, subscrito por Carlos Aníbal Lima;
- v) Também no ano de 1987 o MAN relançou o periódico *Vanguarda Nacional*, o qual, no seu quarto número, assumiu um carácter claramente instrumental, relativamente ao projecto de intervenção política do movimento — como decorre do espaço que nele foi dedicado ao balanço das posições até então por aquele assumidas e aos novos rumos a trilhar;
- x) Para além de todas as publicações já referidas, o MAN procedia ainda à divulgação da sua propaganda e à difusão das suas propostas, concepções, referências e símbolos noutras publicações que editou, como os *Cadernos Culturais* (publicitados no referido número da *Vanguarda Nacional*), os *Cadernos de formação de quadros* e as brochuras *Alternativa Nacionalista*;
- z) Por outro lado, o MAN procedia à venda postal dessas publicações, ou de algumas delas, através de um denominado «Centro de Livros e Publicações» do «Grupo Terceira Via» (igualmente publicitado no mesmo número da *Vanguarda Nacional*), o qual

procedia também à venda de publicações das Edições Último Reduto;

- aa)* O rápido crescimento do MAN nos finais de 1987 e no 1.º semestre de 1988 originou uma crise no Movimento, a qual impôs a clarificação e formalização da sua estrutura orgânica, o que veio a culminar numa aprovação de «estatutos» — os quais definem, desde logo, as condições de adesão à organização;
- bb)* De acordo com essa estrutura orgânica, os aderentes do MAN são agrupados em categorias diferenciadas — amigos do movimento, apoiantes do jornal, candidatos a quadros e quadros —, correspondendo a cada uma delas um diferente grau de responsabilidade e de acesso à informação interna;
- cc)* Esta estratificação de categorias, correspondendo a uma optimização dos meios humanos do Movimento, corresponde igualmente à vocação para o secretismo de que o MAN rodeou as suas estruturas e actividades — também traduzida, de resto, quer nos deveres de sigilo, vigilância e recolha de informações impostos estatutariamente aos seus aderentes, quer nas instruções sobre segurança e repressão elaboradas pelo presidente do Movimento, na sequência de actos de violência em que intervieram militantes;
- dd)* Por outro lado, os membros do MAN — cujo número, em 1989, ultrapassava seguramente uma centena — integram-se em estruturas de base territorial — núcleos territoriais, secções de freguesia, delegações concelhias e federações distritais —, que se articulam através de responsáveis locais e regionais, nomeados pela comissão política nacional. Tudo indica, porém, que esta definição estatutária da organização regional do Movimento nunca foi integralmente cumprida;
- ee)* Mas já os órgãos nacionais — que são o conselho nacional, a comissão política e o secretariado — têm existência prática e exercitam as competências que lhes estão atribuídas Assim:
- ff)* Ao conselho nacional — no qual têm assento o presidente do MAN, os membros da comissão política e do secretariado e os responsáveis pelas estruturas locais — cabe a coordenação da actividade do Movimento a nível nacional, de acordo com as linhas de orientação propostas pela comissão política e pelo secretariado nacional. Este conselho, se bem que devesse, segundo os estatutos, reunir trimestralmente, realizou apenas três

reuniões — a primeira, na Amadora, a 22 de Março de 1986; a segunda, em Lisboa, no Hotel Lutécia, a 27 de Maio de 1989, e a terceira, também em Lisboa, no Hotel Flórida, a 28 de Junho de 1990 —, reuniões nas quais participaram, pelo menos, os membros conhecidos da comissão política e do secretariado;

gg) À comissão política nacional — integrada por cinco elementos e tendo um presidente que é, por inerência, o presidente do MAN — está cometida a direcção do Movimento, a definição das suas linhas de orientação política e a organização territorial, administrativa e financeira. Além do presidente do Movimento, dela faziam parte, em 1988, Carlos Aníbal Lima, Nuno Antunes Oliveira e Germano António Tralhão e, em 1990, António Carlos Oliveira Vieira, Luís António Maia Monteiro, António Manuel Correia da Mota Marques e Paulo Fernando Gonçalves Rodrigues. Os membros deste órgão reúnem-se com uma periodicidade pelo menos quinzenal e na residência do presidente do Movimento, para além de promoverem reuniões com outros militantes na área da Grande Lisboa;

hh) Entretanto, a presidência do MAN — e, portanto, a presidência da sua comissão política — foi sempre assumida por José Luís Paulo Henriques, elemento integrante do núcleo fundador do Movimento. Além de proprietário do jornal *Ofensiva*, último órgão oficial do MAN, e de director político do *Acção* (onde colaborou com vários artigos), é ele o titular dos apartados (apartados n.ºs 253 e 162, da Amadora) utilizados pelo MAN para correspondência e difusão de material de propaganda, e foi ele, nomeadamente, quem formou o desígnio de integrar no MAN aderentes do movimento «Skin Head», tendo agido activamente no sentido de alcançar o objectivo pretendido. Ainda na qualidade de presidente do MAN é ele quem centraliza, na sua residência, os ficheiros e pelo menos parte dos arquivos do Movimento, e na mesma tem instalado o computador por este adquirido e utilizado na respectiva actividade;

ii) Por último, o secretariado nacional — que é integrado, por inerência, pelos membros da comissão política e por mais sete quadros do Movimento recrutados pelos primeiros — tem a seu cargo a execução da política do Movimento, bem como a responsabilidade pela área administrativa e financeira, sendo a sua

actividade estruturada por pelouros (cerca de 12), distribuídos pelos respectivos membros. Concretamente: para além dos membros da comissão política, fazem parte do secretariado, pelo menos, Rui Filipe do Vale Teodósio (que é simultaneamente aderente do movimento «Skin Head») e Pedro Miguel Pombinho Martins, sendo a distribuição de pelouros, por outro lado, a seguinte: José Luís Paulo Henriques, sector financeiro, elaboração de propaganda e sua difusão pelos núcleos, organização destes e relações internacionais; António Carlos Oliveira Vieira (membro influente do grupo «Skin Head» da margem sul e um dos responsáveis pelo núcleo do MAN de Almada), formação e contactos com grupos estrangeiros congéneres; Luís António Maia Monteiro, correspondência e tesouraria; António Manuel da Mota Marques, relações públicas; Paulo Fernando Gonçalves Rodrigues, orientação política e propaganda; Rui Teodósio, segurança; Pedro Miguel Martins, organização de conferências;

- jj) O MAN tem núcleos activos pelo menos na região de Lisboa e no Norte do País, nomeadamente no Porto, em Braga, em Aveiro e em Matosinhos, sendo que, em especial: no conjunto das actividades da região de Lisboa tem particular peso o contributo dos membros do núcleo de Almada, integrados, na sua grande maioria, no movimento «Skin Head» nacional; a intervenção do MAN na Região do Norte é quase totalmente desenvolvida por dois dos seus membros (Miguel Marques Lello e João Eduardo Lourenço Milhazes da Nova, este último activista do movimento «Skin Head»), os quais coordenam a actividade dos respectivos núcleos e actuam sob orientação directa do presidente do Movimento;
- ll) As receitas do MAN provêm das quotizações dos respectivos membros, de donativos, da venda de material de propaganda e de publicações e ainda de financiamentos de organizações congéneres estrangeiras com as quais mantêm contactos (como a organização inglesa National Front e o Partido Nacional Democrata alemão);

Finalmente:

- mm) Os sucessivos apelos à violência feitos pelo MAN vieram a produzir como resultado o desencadear de acções violentas por parte de membros do Movimento, tal como a respectiva direcção sempre previra e quisera. Assim: nos finais de Novembro de 1988,

no Largo da Misericórdia, em Lisboa, um grupo de indivíduos não identificados, dirigido por dois membros do MAN (Fernando Pimenta e Gabriel Ferreira), envolveu-se em confronto físico com cidadãos cabo-verdianos, tendo desse confronto resultado a lesão física daqueles dois militantes do Movimento. A actuação destes foi apoiada expressamente pela direcção do MAN, tendo a ela sido dedicado o editorial do n.º 3 do *Vento do Norte*, o qual igualmente inseriu um poema da autoria de Rodrigo Emílio, dedicado aos dois intervenientes no incidente referido, em que se exalta a coragem dos «Skin Head» (poema e dedicatória que foram igualmente publicados no n.º 5 do jornal *Acção*); em 27 de Outubro de 1989, na Rua da Palma, em Lisboa, um grupo de indivíduos no qual se integravam Américo Paulo Martins da Silva e Gabriel Brito Marques Ferreira, militantes do MAN, envolveu-se num conflito diante da sede do Partido Socialista Revolucionário — PSR, do qual veio a resultar a morte de José da Conceição Carvalho; no dia 18 de Novembro de 1989, pelas 23 horas, no Parque Itália, na cidade do Porto, um grupo no qual se integravam pelo menos três militantes do MAN (João Milhazes da Nova, Pedro Moreira Pais Albino e Albino José da Silva Queirós) agrediu dois cidadãos de nacionalidade espanhola, sob o pretexto de que estes se encontrariam a consumir substâncias estupefacientes; no dia 19 do mesmo mês e ano, o mesmo grupo, com outros indivíduos, agrediu, na Avenida de França, também no Porto, um indivíduo de raça negra, atirando-o, propositadamente, já semi-inconsciente, a uma linha de caminho de ferro; no dia 31 de Dezembro de 1989, ainda no Porto, na Rua de Júlio Dinis, um grupo, no qual se integravam João Milhazes da Nova e Pedro Pais Albino, agrediu dois casais de raça negra; no dia 1 de Dezembro de 1990, no decurso de uma acção policial levada a efeito pela PSP no Bairro Alto, em Lisboa, foi encontrado Fernando Manuel Pimenta com um grupo de cinco indivíduos (no qual se incluíam Miguel e Filipe Temporão, intervenientes nos acontecimentos da Rua da Palma, que culminaram com a morte de José Carvalho), sendo todos portadores de instrumentos de agressão;

- nn) As reacções negativas da opinião pública e o receio de intervenção das autoridades levaram o presidente do MAN a determinar

- a suspensão das acções violentas, bem como a proibição de entrevistas — determinações, aliás, que não foram integralmente acatadas, nomeadamente por alguns militantes do Norte do País;
- oo) Por outro lado, as instruções sobre a suspensão dos actos de violência deram origem a uma cisão no Movimento, tendo um grupo de militantes — no qual se integravam Fernando Gabriel Pimenta, Nuno Peixoto Duarte Veríssimo, João Dias Maia e Rui Filipe Teodósio — constituído uma nova organização, com princípios norteadores e métodos idênticos aos do MAN, à qual deram a designação de Frente para a Defesa Nacional, e passado a editar um boletim com a denominação de *Jovem Cruzada*.

O Procurador-Geral da República instruiu o seu requerimento com cópia dos autos de inquérito n.º 1990/90, que correu termos na Direcção Central de Combate ao Banditismo, da Polícia Judiciária, em 3 volumes e com 20 apensos, e arrolou 34 testemunhas.

2 — Autuado o requerimento do Procurador-Geral da República em 10 de Julho de 1991, seguiu-se despacho do presidente do Tribunal, proferido após audição prévia deste, de 29 de Novembro do mesmo ano, no qual foram resolvidas as dúvidas relativas à forma de processo a observar no caso e à respectiva tramitação. Essas dúvidas emergiam: por um lado, do desaparecimento, no novo Código de Processo Penal, da específica modalidade processual do artigo 613.º, combinado com os artigos 596.º e seguintes, do Código de Processo Penal de 1929 (relativa às infracções praticadas por magistrados do Supremo Tribunal de Justiça), que o artigo 8.º da Lei n.º 64/78 mandava justamente aplicar para a extinção de uma organização tida como perfilhando ideologia fascista; por outro, da circunsância de a competência para o decretamento dessa extinção haver passado do Supremo Tribunal de Justiça (como aquela lei inicialmente previa) para o Tribunal Constitucional, entretanto instituído, funcionando em plenário (Lei do Tribunal Constitucional, artigos 10.º e 104.º, n.º 2).

Assim, determinou-se em tal despacho que a forma de processo a seguir seria a do processo penal comum, com as adaptações exigidas, seja pela natureza do tribunal competente no caso e pelo modo da sua intervenção, seja pelo carácter específico da providência judiciária requerida. Daí que — como expressamente ficou decidido no mesmo despacho — não houvesse lugar, por um lado, a qualquer fase prévia de «inquérito» ou «instrução», e, por outro lado, devesse proceder-se de imediato à «citação» da

organização requerida, para contestar e oferecer as suas provas (nomeadamente o rol de testemunhas) — neste ponto, de resto, como expressamente dispunha já o artigo 10.º, n.º 3, da Lei n.º 64/78.

3 — Nesta conformidade — e uma vez obtida informação complementar da entidade requerente sobre as pessoas que, por se tratar de uma organização de facto, haviam de ser consideradas como representantes em juízo dessa organização, nos termos do artigo 22.º do Código de Processo Civil, e também do artigo 10.º, n.º 2, da Lei n.º 64/78 —, foi o Movimento de Acção Nacional citado, nas pessoas desses seus representantes, para o efeito indicado.

4 — Assumindo inequivocamente essa qualidade de representantes da organização requerida, vieram então José Luís Paulo Henriques e Paulo Fernando Gonçalves Rodrigues apresentar oportunamente a contestação a fls. 122 e seguintes — contestação na qual rebatem o requerimento inicial, em termos que, também no essencial, se podem reconduzir ao seguinte:

- a) O Movimento de Acção Nacional — MAN, ao falar de «processo revolucionário» e de «derrube do sistema político-constitucional», queria referir apenas uma revolução de mentalidades e de modos de intervir na política, preconizando a criação de um país diferente — sendo essa mudança de ideias que teria como consequência a alteração do sistema político vigente;
- b) Uma tal acção, ao nível da mudança de ideias, sempre foi desenvolvida dentro das leis do sistema e respeitando as suas regras;
- c) Assim, e nomeadamente, o MAN não propugnava o recurso à força, intervenção pelas armas ou a violência, nem fazia a apologia desta, nunca tendo feito a exaltação de práticas violentas e actos de agressão;
- d) O apelo à revolução constante de alguns textos transcritos no requerimento inicial não é um apelo à força e à violência, mas só à revolução das mentalidades;
- e) Esta posição e atitude do MAN foi clarificada em várias entrevistas dadas por militantes do Movimento à imprensa (das quais se transcrevem diversos excertos na contestação);
- f) O Movimento não considerava Hitler, Mussolini ou Salazar, e as suas políticas, como modelos inspiradores: o que pretendiam era algo de novo e não o regresso ao passado e a essas políticas;

- g) Se é certo que o contestante José Luís Paulo Henriques proferiu as afirmações, transcritas no requerimento inicial, de exaltação do Doutor Oliveira Salazar, a verdade é que elas se inscrevem num contexto em que o que é defendido é o espírito da revolução de 1926;
- h) As publicações denominadas «Edições Último Reduto» (em que é feita a exaltação de figuras do nacional-socialismo alemão) não eram da responsabilidade do MAN, nem por ele eram divulgadas, limitando-se os militantes deste a informar os interessados onde podiam adquirir tais publicações;
- i) O MAN não usava a cruz suástica, nem jamais vendeu símbolos dos quais ela constasse; usava apenas a cruz céltica, a qual nunca foi utilizada pelos regimes fascistas;
- j) A defesa da pureza da raça, feita pelo MAN, traduzia apenas a ideia da existência de características próprias, mais espirituais que físicas, de cada raça, que devem ser preservadas;
- l) O «radicalismo», de que efectivamente os militantes do MAN se reclamavam, não constituía uma forma de racismo, justificadora de atitudes violentas de discriminação ou segregação das diferentes raças, pois não é outra coisa senão uma doutrina que postula a diferença entre as raças e a necessidade da conservação das mesmas, reconhecendo que a coexistência de diferentes raças no mesmo espaço geográfico é potenciadora de conflitos sociais e que a miscigenação é uma forma de mistura que tem como consequência a degradação da cultura própria de cada raça;
- m) Embora se sabendo da utilização dos *slogans* e pinturas murais referidos no requerimento inicial, alguns dos aí transcritos não eram usados pelo MAN;
- n) De todo o modo, não era intenção nem interesse do MAN, ou dos seus dirigentes, criar, por essa forma, um clima de discriminação racial, sendo que determinados textos invocados no requerimento inicial nada têm a ver com as pessoas em si e a cor da sua pele, mas com a contestação da prática de certos factos e situações e certos costumes de outras culturas;
- o) Quanto aos judeus, o que MAN considerava era que, tendo em conta a sua história antiga e moderna, são um povo altamente racista e não nacionalista;

- p) O MAN e os seus dirigentes jamais pretenderam integrar o maior número de militantes do movimento «Skin Head» — no intuito de aproveitar a apetência destes para a violência — e captar esse movimento: não foi com elementos «Skin Head» que o MAN cresceu. O que sempre defenderam era que o MAN estava aberto a todos os que quisessem participar;
- q) Quanto aos contestantes, em particular, ignoravam, seja o ingresso no MAN, seja a circunstância de pertencerem ao movimento «Skin Head», de diversos elementos referenciados no requerimento inicial como preponderantes neste segundo movimento;
- r) A eventual utilização pelos «Skin Head» de símbolos do MAN era inteiramente alheia à vontade dos militantes deste último;
- s) O *Combate Branco* e o boletim *Vento do Norte* não foram publicações editadas pelo MAN, nem este promoveu a sua propaganda através delas;
- t) O contestante José Luís Paulo Henriques, nomeadamente, não era colaborador desta segunda publicação, sendo que um texto seu, aí publicado, o foi abusivamente;
- u) O artigo, publicado no n.º 4 do Jornal *Acção*, da autoria de Carlos Aníbal Lima, foi da responsabilidade individual deste, e não do MAN;
- v) O jornal *Ofensiva* não veio substituir o *Acção* como órgão do MAN, pois tinha um âmbito mais alargado, nele sendo publicados artigos de opinião de pessoas não ligadas ao Movimento;
- x) A publicação *Vanguarda Nacional* nada tinha a ver com o MAN, sendo da exclusiva responsabilidade do contestante Paulo Henriques e de outra pessoa;
- z) Não é exacto que o MAN difundisse a sua doutrina, referências e símbolos através de todas as publicações indicadas no requerimento inicial, pois a única publicação por ele verdadeiramente utilizada foi o jornal *Acção*;
- aa) O MAN nunca chegou a dispor de «estatutos», pois o documento como tal referenciado não era mais do que um projecto dactilografado. O que existia era uma brochura explicativa da estrutura do Movimento;
- bb) É falso que o agrupamento dos aderentes do MAN em diferentes categorias tivesse alguma ligação a uma pretensa vocação do

Movimento para o secretismo, pois toda a actividade e estruturas do MAN eram públicas; como falso é também que os militantes do MAN estivessem adstritos a um dever de sigilo, ou que o presidente do Movimento tivesse emitido quaisquer instruções sobre segurança e repressão;

- cc) A estrutura regional do MAN — e nomeadamente os «núcleos territoriais» do Movimento — foi algo que nunca existiu, pois não passou de projecto nunca posto em prática. O que existia, apenas, eram elementos do Movimento em certas localidades, que asseguravam tarefas de distribuição de prospectos, jornais e propaganda;
- dd) Não podendo assim falar-se de «núcleos territoriais» do MAN, como tal constituídos, tão-pouco é exacto que na zona de Lisboa, o grupo de militantes de Almada tivesse especial peso (sendo certo que os elementos que o integravam tinham deixado de ter actividade há cerca de três anos) ou que o presidente do Movimento, contestante José Luís Paulo Henriques, dirigisse, pelo modo indicado no requerimento inicial, os grupos de militantes do Norte do País (sendo certo que são desconhecidos dos contestantes os factos reportados nesse requerimento a tais grupos de militantes);
- ee) É verdade que o contestante José Luís Paulo Henriques era o presidente do MAN, mas só enquanto existiu tal cargo, que era titular do Apartado n.º 253 da Amadora e que tinha em sua casa o ficheiro do MAN, por não haver outro local para colocá-lo. Já não é, porém, verdade: que fosse o titular de outros apartados postais; que tenha alguma vez formado o desígnio de integrar no MAN aderentes do movimento «Skin Head» e tomado iniciativas nesse sentido; que centralizasse os arquivos do MAN, pois estes não existiam; que o computador existente em sua casa tivesse sido adquirido pelo Movimento, pois foi simplesmente emprestado ao contestante;
- ff) Nunca chegou a existir um secretariado do MAN, sendo que, a tal respeito, tudo não passou de mero projecto — nomeadamente a distribuição de tarefas reportada no requerimento inicial. Aliás, vários dos elementos aí referidos, a esse propósito, haviam deixado o MAN há algum tempo (quando se iniciou a investigação que abrangeu o Movimento);

- gg) Da comissão política do MAN nunca fez parte António Carlos Oliveira Vieira, que era simples militante do Movimento, e relativamente ao qual, de resto, era desconhecida, pelo contestante Paulo Henriques, a alegada circunstância de ser membro dos «Skin Head»;
- hh) O MAN jamais recebeu financiamento ou apoio monetário de organizações estrangeiras; o que apenas existiu, por vezes, foram alguns assinantes estrangeiros das publicações;
- ii) Não foi da responsabilidade do MAN nem dos contestantes o desencadeamento das acções violentas referidas no requerimento inicial — sendo que os contestantes desconhecem o modo como ocorreram tais factos e nem sabem se os indivíduos que neles participaram alguma vez foram membros do MAN;
- jj) A publicação (no jornal *Acção*) de um poema de Rodrigo Emílio alusivo a um desses incidentes foi feita a pedido e por vontade do autor;
- ll) Não é verdade que o contestante Paulo Henriques tenha ordenado a suspensão de acções violentas, pois nunca teve a ver com elas, já que o MAN não permitia nem apoiava a violência. E, quanto à suspensão de entrevistas, o que aconteceu foi os dirigentes do MAN terem deixado de prestá-las, para evitar a sua utilização deturpada por órgãos de comunicação social que pretendiam «incriminá-los»;
- mm) A cisão que ocorreu no MAN deveu-se à discordância manifestada por certos militantes relativamente à condenação, pelos contestantes e pelo próprio MAN, de actos de violência que estavam a ser praticados.

Conclui-se assim — que o MAN nunca perfilhou ou fez a apologia da ideologia fascista nem apoiou qualquer grupo responsável por atitudes de agressão e violência — o mesmo acontecendo com os contestantes. E nestes termos se requer «que não seja proibido o exercício de qualquer actividade política aos contestantes», visto que — acrescenta-se — «a organização de que faziam parte se encontra extinta por natureza, por não ter actividade».

Com a contestação foram arroladas 13 testemunhas.

5 — Junta a contestação, e atenta a natureza e complexidade do caso *sub judice*, foi ordenado que os autos fossem com vista a todos os juízes do

Tribunal, de harmonia com o previsto no artigo 314.º, n.º 3, do Código de Processo Penal — só após o que foi proferido o despacho do artigo 312.º do mesmo Código, a marcar a realização da audiência de discussão e julgamento.

6 — Realizou-se esta audiência com observância do disposto nos artigos 321.º e seguintes do Código de Processo Penal, tendo, durante ela, sido produzida a prova atinente aos factos alegados pela entidade requerente e pela organização requerida, e produzidas, bem assim, a final, alegações orais pelo Ex.^{mo} Procurador-Geral-Adjunto neste Tribunal, em representação daquela entidade, e pelos Ex.^{mos} Advogados constituídos pelos representantes daquela organização.

7 — Posto isto, porque entretanto não se suscitaram, nem agora se suscitam, quaisquer questões prévias que obstem a um conhecimento de mérito, cumpre decidir:

II — Fundamentos

I — *Os factos.* — 8 — Face à prova produzida em audiência — única que pode ter-se como relevante —, o Tribunal considera provada a seguinte matéria de facto, com interesse para a decisão:

- a) No ano de 1985, em data anterior a 25 de Junho, um grupo de jovens residentes na área da Amadora, entre os quais José Luís Paulo Henriques, Jorge Manuel Taveira de Andrade, Alexandre Manuel da Costa Freire Gonçalves, João Paulo Sequeira Martins e Vítor Manuel dos Santos Araújo, decidiu conjugar esforços e criar uma estrutura de âmbito nacional e carácter de permanência, à qual deu a designação de «Movimento de Acção Nacional» e atribuiu a sigla MAN;
- b) Em 25 de Junho de 1985, os mesmos outorgaram, no Cartório Notarial da Amadora, a escritura de constituição de uma associação sem fins lucrativos, que recebeu a denominação de «Associação Cultural Acção Nacional» e que, tendo como objectivo declarado «(...) a defesa e promoção dos valores nacionais, culturais, éticos, étnicos e espirituais», não era senão o suporte institucional que os fundadores do Movimento de Acção Nacional

- decidiram utilizar para viabilizar o prosseguimento de, pelo menos, parte da actividade a que se propunham;
- c) A partir do núcleo inicial referido na alínea a), circunscrito à área da Amadora, o MAN fez um percurso de crescimento, que veio a traduzir-se pela existência de grupos de militantes em várias localidades ou zonas do País — como a Grande Lisboa, Almada, Porto, Matosinhos, Aveiro e Braga —, militantes esses cujo número, por 1989, terá ultrapassado uma centena;
 - d) De acordo com um documento intitulado *Estruturas do Movimento*, que este tentou levar à prática, os aderentes do MAN seriam agrupados nas categorias de «amigos do Movimento», «apoiantes do jornal», «candidatos a quadros» e «quadros políticos», correspondendo, cada uma dessas categorias, a um diferente grau de responsabilidade e de acesso à informação interna;
 - e) O MAN dispunha de um núcleo dirigente ou estrutura directiva — núcleo ou estrutura de que fez sempre parte José Luís Paulo Henriques, o qual, desde o início, se assumiu como líder do Movimento e funcionou, na prática, como seu «presidente»;
 - f) Essa estrutura directiva compreendia, por outro lado, uma comissão política e um conselho nacional;
 - g) A comissão política existiu, de facto, como «órgão» de direcção nacional do Movimento, tomando as decisões relativas à gestão quotidiana deste, e dela faziam parte, além do presidente do MAN, um número restrito de militantes, que foram variando ao longo do tempo;
 - h) Quanto ao conselho nacional, foram realizadas três reuniões — que foram reuniões alargadas de militantes do Movimento —, respectivamente em 22 de Março de 1986, na Amadora, em 27 de Maio de 1989, no Hotel Lutécia, em Lisboa, e em 28 de Junho de 1990, no Hotel Flórida, também em Lisboa;
 - i) A actividade dos militantes do MAN desenvolvia-se em ligação, se bem que não formalmente estruturada, com os órgãos centrais deste, e traduzia-se na angariação de assinaturas e venda do jornal, bem como na venda e difusão de material de propaganda do Movimento, e ainda em acções de rua, como distribuição de panfletos, colagem de cartazes e elaboração de pinturas murais;

- j) As receitas do MAN provinham das quotizações dos respectivos membros, de donativos e da venda de material de propaganda e de publicações;
- l) O MAN empenhou-se na formação política dos seus militantes e utilizou variadas publicações como veículo de difusão das suas propostas, concepções, referências e símbolos;
- m) A linha ideológica do movimento foi definida em dois documentos intitulados *Manifesto* e *Pontos Programáticos*, os quais vieram a ser difundidos, nomeadamente, através do jornal *Acção*;
- n) O jornal *Acção* era propriedade do Movimento de Acção Nacional e tinha a sua redacção e administração no Apartado n.º 253, 2700 Amadora — apartado este de que era titular José Luís Paulo Henriques e que era referenciado, por outro lado e ainda, em propaganda inserta nesse periódico, como o endereço postal do Movimento;
- o) Definia-se esse periódico como «jornal nacionalista de combate ao sistema» e «órgão de expressão» do MAN, tendo sido nos seus vários números, nomeadamente, que foi sendo feita a definição dos objectivos e da filosofia que norteavam aquele Movimento;
- p) Além do periódico referido, o MAN promoveu a edição de outras publicações ou escritos, como as brochuras *Alternativa Nacionalista* e os *Cadernos de Formação de Quadros*, directamente destinados à divulgação da sua doutrina;
- q) A difusão da doutrina e das concepções do MAN foi ainda feita através do jornal *Ofensiva*, o qual, não sendo formalmente um órgão do Movimento, nem por ele editado, era todavia publicado por iniciativa e sob a direcção de militantes do MAN, e nomeadamente do presidente deste, José Luís Paulo Henriques, que era o seu proprietário — nessa medida se achando ligado ao Movimento;
- r) Também o denominado boletim *Vento do Norte* e a publicação denominada *Combate Branco* eram, respectivamente, elaborado (o primeiro) e divulgado (o segundo) por militantes do MAN;
- s) E tanto uma como outra dessas publicações, bem como o periódico denominado *Vanguarda Nacional*, serviram indirectamente de veículo à difusão, seja da doutrina, seja, pelo menos, das referências e símbolos do MAN;

- t) O denominado «Centro de Livros e Publicações» do Grupo Terceira Via, com endereço no Apartado n.º 253, 2700 Amadora, já referido [supra, alínea n)], constituía a vertente editorial do Movimento de Acção Nacional — o qual, através dela, se propunha proceder à venda postal de diversas publicações, entre as quais se incluíram, nomeadamente, os *Cadernos Culturais* e publicações das Edições Último Reduto;
- u) No jornal *Acção*, o MAN autodefiniu-se como «uma organização cultural e política caracterizada por uma terceira atitude que se coloca em oposição ao capitalismo e socialismos de ‘esquerda’»;
- v) Na sua origem esteve o descontentamento com o regime democrático instaurado em Portugal na sequência do movimento militar de 25 de Abril de 1974 — regime relativamente ao qual se evidencia uma clara aversão em textos vindos a lume em publicações editadas pelo MAN (como o «Manifesto», os «Pontos Programáticos» e o jornal *Acção*) ou a ele ligados (como o jornal *Ofensiva*), e de que é exemplo o artigo «Daqui para a frente lutar para vencer», subscrito por José Luís Paulo Henriques, e publicado no n.º 1 do *Acção*, no qual se lê, nomeadamente, o seguinte:

Para que queremos eleições, quando os nossos interesses não são salvaguardados. Para que queremos viver em democracia, se a ela corresponde a miséria, a corrupção e o terrorismo (...) aliado ao facto de ela nos ter sido imposta contra nossa vontade. Claro está que os que lutam pela revolução não querem viver em democracia, ou em algo semelhante. Queremos um Estado nacionalista.

- x) Nesses escritos, nomeadamente, assimila-se a democracia à instabilidade, à desordem, à corrupção e à ditadura e responsabiliza-se o regime democrático pelo terrorismo, pela falta de condições de vida e por todos os males que afectam a sociedade portuguesa — como se evidencia pelos seguintes excertos, que se transcrevem: «O sistema-regime que se impôs no 25 de Abril quebrou a unidade, subverteu a ordem, ditou a sua presença e domínio sugadores, perversos e arrogantes» (no *Ofensiva*, n.º 1); «Tenho dito e escrito muitas vezes que a democracia é apenas a ditadura dividida por muitos — uma espécie pífia de ditadura com alvará» (ainda no n.º 1 do *Ofensiva*); «A democracia é a revolta legalmente estabelecida, é o rebaixamento, é a dispersão,

é a instabilidade, é a desordem. A democracia destrói o Estado, corrói a Nação, desorganiza o Povo. Somos contra a democracia» (nos «Pontos Programáticos»);

- z) Nos mesmos escritos, a contestação do regime democrático traduz-se ainda em ataques desferidos às respectivas instituições, designadamente os partidos políticos, a respeito dos quais se escreveu no n.º 4 do jornal *Acção*: «Os partidos, quer sejam de esquerda, do centro ou de direita, apenas estão interessados em subir ao poder mas nenhum deles vai mudar a nossa sociedade onde o poder do dinheiro é o centro de tudo.» Por outro lado, no n.º 2 do mesmo jornal já se havia escrito: «a principal função deste jornal é combater o sistema de partidos que se instalou em Portugal»;
- aa) Assim, tinha o MAN como objectivo intervir activamente na vida política nacional e desencadear um processo revolucionário que culminaria com o derrube — por via não eleitoral — do sistema político-constitucional democrático vigente em Portugal e a instauração, em seu lugar, de um outro modelo de estado, designado de «Estado nacionalista»;
- bb) A proposta e o apelo à revolução resultam de vários textos imputáveis ao Movimento, como se vê, nomeadamente, através do seguinte, publicado numa das brochuras *Alternativa Nacionalista*: «pretendem uma Revolução Nacional que transforme, de forma categórica, o mundo decadente em que vivemos»;
- cc) A concepção que o Movimento de Acção Nacional tem da sua intervenção política e da missão dos seus militantes envolve uma ideia de transcendência e sacralidade, ligada e decorrente da missão transcendente da Pátria — como se vê pelo «Discurso acerca do Nacionalismo Português», publicado num dos *Cadernos de Formação de Quadros*;
- dd) Na formação política dos seus militantes, o MAN incute-lhes a exaltação da colectividade nacional e a sobreposição dos interesses desta aos dos indivíduos e, bem assim, o culto da pureza da raça, da ordem, da disciplina e da hierarquia;
- ee) Os militantes e apoiantes do MAN reclamam-se de «nacionalistas» — sendo que tal nacionalismo entronca na concepção do «Estado nacionalista» por cuja instauração propugnam;

- ff) Nesta concepção de Estado nacionalista convergiam militantes com diferente formação ideológica;
- gg) O MAN, embora sem repudiar os regimes políticos que vigoraram na Alemanha sob a direcção de Adolfo Hitler, na Itália sob a direcção de Benito Mussolini e em Portugal sob a Direcção de Oliveira Salazar, considerava-os modelos historicamente dados;
- hh) Em publicações cuja venda e divulgação o MAN promovia — e concretamente nas denominadas «Edições Último Reduto» — exaltam-se figuras ligadas ao nacional-socialismo alemão, em particular Adolfo Hitler e Rudolf Hess, bem como a figura histórica de Mussolini;
- ii) Em alocução proferida no jantar comemorativo do 64.º aniversário do 28 de Maio de 1926, José Luís Paulo Henriques, «presidente» do MAN, exaltou a figura histórica do Doutor Oliveira Salazar e exprimiu «a sua adesão e fidelidade para com o espírito da revolução que eclodiu e triunfou em 1926, acabando com o regime de partidos então existente»;
- jj) O MAN e os seus militantes utilizavam e difundiam os símbolos da saudação de braço ao alto e da cruz céltica — bem conhecendo o significado da utilização histórica do primeiro pelos regimes nacional-socialista alemão e fascista italiano, e a conotação actual do segundo com os movimentos «nacionalistas» e a representação da raça e da cultura portuguesa e europeia;
- ll) O MAN e os seus militantes reclamam-se de «racialistas» — defendendo assim uma concepção não favorável à coexistência de diferentes raças no mesmo espaço territorial e contrário à miscigenação, tida como uma forma de mistura que acarreta a degradação da cultura própria de cada raça;
- mm) O jornal *Acção*, órgão do MAN, publicou no seu n.º 4 um artigo intitulado «Elogio da raça», onde se escreve o seguinte: «A Raça é o coro das raízes. / Sempre que os arcanos e arquétipos de um povo perduram intactos no tempo e no espaço, então a Raça subsiste como tal, ascende à dignidade de Ideal hereditário. / Afirmamos que a raça é tudo o que impede que o Povo decaia, degenerere e se degrade numa massa disforme, desgarrada e caótica»;

- nn) Entre os *slogans* utilizados pelo MAN e pintados pelos respectivos militantes em paredes do País, conta-se o seguinte: «Portugal aos Portugueses»;
- oo) Tanto no jornal *Acção* (órgão do MAN), como no *Ofensiva* (ligado ao Movimento), foram publicados textos onde claramente se defende o repatriamento dos «negros, indianos e outros de origem não europeia», para assegurar «a sobrevivência da Nação, da cultura e da identidade do nosso povo» e «manter puro o corpo biológico da Nação Portuguesa» (*Acção*, n.º 2); ou se combate «a entrada de imigrantes de cor no nosso País e nos restantes países europeus», por se não poder aceitar que «gente de outras raças ocupe os nossos postos de trabalho» e nos «obrigue a seguir os seus próprios costumes tribais», nem que «os culpados pelo envenenamento e assassinato de uma juventude da nossa raça, através do tráfico de droga e da retransmissão do vírus da SIDA, circulem à vontade nas ruas das nossas cidades» (*Ofensiva*, n.º 2);
- pp) Por outro lado, no mesmo número do jornal *Ofensiva* foi publicado um artigo, intitulado «A ocupação da Palestina e os meios de desinformação», de que constam as seguintes passagens, de cunho claramente anti-semita: «Diz a lenda que por onde passava o Cavalo de Átila, nem a erva daninha voltava a crescer. Coisa semelhante tem-se passado, durante milénios, com os judeus: por onde têm passado, imposto a sua presença, a sua ‘civilização’ de usura e ódio (...) jamais alguém deixou de sentir repulsa (...). A tara judaica para se infiltrar nas sociedades humanas motivou sempre movimentos de defesa e foi fonte de conflitos gravíssimos.» Ou ainda esta outra, justificativa das acções cometidas pela Alemanha nacional-socialista contra os judeus: «Quando a Alemanha Nacional-Socialista teve de defender o seu povo e a sua história numa altura de grave crise provocada pelo domínio judaico sobre a economia e a vida da Nação (...);»
- qq) A defesa dos valores feita pelo MAN tem ainda uma dimensão que o Movimento qualifica de ética, a qual se prende com a condenação de comportamentos diferenciados, nomeadamente o consumo de droga, a prostituição e a homossexualidade;

- rr) Em 1986 inscreveu-se no MAN Fernando Gabriel Oliveira Martins Pimenta, de alcunha Fernando *Himmler*, elemento do movimento «Skin Head» da margem sul do Tejo;
- ss) Pela mesma época os dirigentes do Movimento de Acção Nacional formaram a decisão de integrar nas suas fileiras o maior número possível de aderentes do movimento «Skin Head»;
- tt) Na sequência desse desígnio, vários elementos deste movimento vieram efectivamente a filiar-se no MAN, entre eles se destacando Carlos Aníbal Loureiro de Almeida Lima e António Carlos Oliveira Vieira, ambos da margem sul do Tejo, sem que daí, porém, se haja seguido uma captação global do movimento «Skin Head», pelo MAN;
- uu) No n.º 5 do órgão oficial do MAN — jornal *Acção* — foi publicado um poema, da autoria de Rodrigo Emílio Ribeiro de Melo, dedicado aos elementos do MAN Fernando Pimenta e Gabriel Ferreira, envolvidos num confronto físico com cidadãos caboverdianos, ocorrido em Novembro de 1988, em Lisboa, de que resultou a sua lesão — poema esse em que se exalta a coragem dos «Skin Head»;
- vv) A dada altura verificou-se uma cisão no seio do Movimento.

9 — O Tribunal considerou ainda provado:

Que a cisão verificada no seio do MAN ficou a dever-se ao facto de haver um grupo de militantes que pretendia uma maior clarificação organizativa e ideológica do Movimento;

Que, na sequência de diligências de busca realizadas no âmbito do inquérito e da investigação policial que abrangeu o MAN e a actuação dos seus militantes, as quais ocorreram em Fevereiro de 1991, os dirigentes do Movimento decidiram dissolvê-lo, pondo termo a toda a sua actividade;

Que o conteúdo dessa decisão foi o de cessar definitivamente tal actividade, sem intenção de retomá-la ulteriormente;

Que a actividade do MAN cessou efectivamente em data indeterminada do ano de 1991, mas seguramente antes do mês de Julho desse ano;

E que a mesma actividade se não reiniciou entretanto, seja através da realização de reuniões de formação ou outras, seja através da edição de quaisquer publicações ou textos, seja através de iniciativas de outro tipo, como acções de rua.

10 — Diversamente — e também com interesse para a decisão — não considerou o Tribunal provado:

- a) Que, enquanto teve a sua implantação territorial localizada na área da Amadora, o MAN se haja estruturado com base em pequenos grupos, denominados «grupos de acção», agindo sob a coordenação e direcção de um núcleo central;
- b) Que o crescimento do Movimento haja sido acompanhado pela clarificação e formalização de uma estrutura orgânica, com a correspondente definição de responsabilidades, competências e meios, culminando numa definição estatutária;
- c) Que os denominados «Estatutos», constantes do documento de fl. 86 a fl. 98 do apenso 7-A dos autos, cuja cópia foi junta com o requerimento inicial, hajam chegado a ser aprovados e a valer e vigorar como efectivos «estatutos» do MAN;
- d) Que a estrutura orgânica nesse documento prevista para o Movimento haja chegado a ser formalmente implantada;
- e) Que, nomeadamente, os militantes do MAN estivessem formalmente organizados em «núcleos territoriais», «secções de freguesia» e «delegações concelhias» (estas duas com responsáveis nomeados pela comissão política nacional) e «federações distritais», articulando-se a partir da base para o topo;
- f) Que os órgãos centrais do MAN correspondessem formalmente, no seu desenho, composição, estruturação interna e competências, à definição constante do mesmo documento antes referido;
- g) Que, designadamente, entre esses órgãos centrais se contasse um secretariado;
- h) Que a distribuição de aderentes do MAN por quatro categorias, com informação e responsabilidade diferenciadas, previsto no documento intitulado *Estruturas do Movimento*, haja tido prática concretização;
- i) Que essa estratificação por categorias dos militantes do Movimento correspondesse a uma vocação deste para o secretismo;
- j) Que a essa vocação de secretismo correspondessem, do mesmo modo, um pretendo dever estatutário de sigilo, vigilância e recolha de informações, e alegadas instruções sobre segurança e repressão elaboradas pelo presidente do Movimento;

- l) Que as receitas do MAN tenham provindo igualmente de financiamentos de organizações congéneres estrangeiras, com as quais mantinha contacto, e, designadamente, que o movimento haja recebido apoio monetário da organização inglesa National Front ou da organização alemã denominada Partido Nacional-Democrata;
- m) Que o periódico *Ofensiva* tenha substituído o jornal *Acção* como órgão do MAN;
- n) Que o MAN tenha apoiado o lançamento da publicação *Combate Branco*, em concretização da decisão de integrar no Movimento aderentes do movimento «Skin Head»;
- o) Que o denominado boletim *Vento do Norte* fosse uma publicação que o MAN decidiu editar, dirigida ao movimento «Skin Head» do Norte do País;
- p) Que o MAN haja relançado o periódico *Vanguarda Nacional*, e que este haja assumido, no seu quarto número, um carácter claramente instrumental, relativamente ao projecto de intervenção política do Movimento de Acção Nacional;
- q) Que o derrube por via revolucionária do regime democrático vigente em Portugal haja sido consagrado pelo MAN em quaisquer estatutos;
- r) Que o MAN e os seus militantes hajam utilizado e difundido o símbolo da cruz suástica;
- s) Que o processo revolucionário desejado pelo MAN houvesse de revestir-se de carácter violento;
- t) Que o MAN defendesse a postura agressiva dos seus membros e utilização de métodos violentos como os únicos aptos a permitir a realização dos objectivos que se propõe;
- u) Que o MAN exortasse os seus membros à prática de actos violentos, nomeadamente através da exaltação de actos de agressão contra grupos sociais que rejeita, e fizesse apelo, quer expressa quer subliminarmente, à revolta permanente e à agressão;
- v) Que a decisão, tomada em determinada época pelos dirigentes do MAN, de integrar nas fileiras do Movimento o maior número de aderentes do movimento «Skin Head» teve o intuito de se aproveitar a apetência destes para actos de violência, no desenvolvimento do projecto que aqueles haviam concebido;
- x) Que, pois, os actos violentos descritos no requerimento inicial — e que ocorreram nos finais de Novembro de 1988, no Largo da Mise-

ricórdia, em Lisboa, em 27 de Outubro de 1989, na Rua da Palma, também em Lisboa, estes culminando com a morte de José da Conceição Carvalho; em 18 e 19 de Novembro de 1989, no Parque Itália e na Avenida de França, respectivamente, no Porto, e no dia 31 de Dezembro do mesmo ano, na Rua de Júlio Dinis, ainda no Porto —, actos esses em que intervieram ou terão intervindo militantes do MAN, hajam sido o resultado de apelos à violência feitos pelo MAN ou respectivos dirigentes, ou hajam sido previstos e desejados por estes últimos.

11 — O Tribunal formou a sua convicção, relativamente aos factos que vem de considerar provados, com base nos depoimentos prestados na audiência de julgamento, com especial destaque para os seguintes: das testemunhas Fernando Tavares Lebre, José Rui Fernandes, João Milhazes da Nova, Miguel Lello, Paulo do Vale Peixoto, Pedro Pombinho Martins, António Oliveira Vieira, Carlos de Almeida Lima, Fernando Martins Pimenta, Nuno Manuel Antunes de Oliveira, Manuel Álvaro Silva Fernandes e Nuno Martins Veríssimo, que foram todos militantes do MAN e revelaram, por isso, possuir particular conhecimento dos factos; e dos representantes do Movimento de Acção Nacional, e nessa qualidade contestantes, José Luís Paulo Henriques e Paulo Fernando Gonçalves Rodrigues, em especial do primeiro.

Tais depoimentos e declarações, relativamente aos quais se verificou uma básica convergência, foram valorados, quer em si mesmos, quer conjugadamente com os documentos exibidos ou referidos no decorrer da audiência a várias das mencionadas testemunhas e aos referidos contestantes, documentos esses que constam de diversos apensos aos autos de inquérito n.º 1190/90, cuja cópia foi junta com o requerimento inicial.

Nesse confronto e conjugação assentou, nomeadamente, a convicção de que o Tribunal pôde firmar a respeito da ligação ou não ao MAN das publicações e textos invocados no requerimento inicial e do diferenciado grau dessa ligação. Para este efeito foram particularmente relevantes os documentos a fl. 150 do apenso 7-A (anúncio, com o timbre do Movimento, de publicações por este vendidas, com os respectivos preços) e a fl. 55 do apenso 9 (anúncio, no n.º 4, de *Vanguarda Nacional*, do Centro de Livros e Publicações do Grupo Terceira Via).

II — *O Direito*. — 12 — No artigo 46.º da Constituição da República, após se reconhecer a todos os cidadãos «o direito de, livremente e sem

dependência de qualquer autorização, constituir associações, desde que estas não se destinem a promover a violência e os respectivos fins não sejam contrários à lei penal» (n.º 1), e após se precisar, em alguns aspectos essenciais, o alcance deste direito ou liberdade fundamental (n.ºs 2 e 3), acrescenta-se e esclarece-se expressamente que «não são consentidas associações armadas nem de tipo militar, militarizadas ou paramilitares, nem organizações que perfilhem a ideologia fascista» (n.º 4).

Vindo esta última norma (como, de resto, todo o artigo 46.º) da versão inicial da Constituição, deverá referir-se, antes de mais, haver sido ela aprovada por unanimidade na Assembleia Constituinte (*Diário da Assembleia Constituinte*, n.º 41, de 3 de Setembro de 1975, p. 1166).

Entretanto, no ensejo, quer da primeira revisão (em 1982), quer da segunda revisão constitucional (em 1989), não deixou o mesmo preceito de ser objecto de diferentes propostas de eliminação ou alteração quanto à sua parte final — justamente a relativa à proibição de organizações que perfilhem a ideologia fascista —, formuladas seja por partidos políticos com assento parlamentar (v., quanto à primeira revisão, os projectos de lei de revisão n.ºs 1/II, da ASDI, e n.º 2/II, da AD, no *Diário da Assembleia da República*, 2.ª série, n.ºs 56 e 57, de 21 e 27 de Abril de 1981, respectivamente; e, quanto à segunda, o projecto de lei de revisão n.º 1/V, do CDS, no mesmo *Diário*, e série, n.º 10, de 17 de Outubro de 1987), seja por deputados a título individual (v., quanto à segunda revisão, a proposta do deputado Sottomayor Cardia, ainda naquele *Diário*, e série, n.ºs 12-RC, p. 355, e 16-RC, pp. 462 e seguintes).

Pesem o vivo debate que geraram, em particular aquando da segunda revisão, e inclusivamente a reflexão interna que na mesma oportunidade não deixaram de suscitar no seio de outro partido parlamentar (o Partido Socialista: cf., a esse respeito, *Diário* e série cit. n.º 16-RC, pp. 464 e 471), acerca da justificação de manter-se no texto constitucional o ponto em questão, a verdade, porém, é que tais propostas não lograram aprovação — e, assim, a disposição do n.º 4 do artigo 46.º da Constituição manteve-se, até hoje, na íntegra (com ressalva de um retoque de redacção de que foi objecto na primeira revisão, mas que teve exclusivamente a ver, aliás, com a proibição de associações armadas ou similares).

13 — Posto isto, pode dizer-se que praticamente desde o início da vigência da Constituição se levantou o problema da eventual necessidade de legislação específica que viesse conferir exequibilidade à norma do artigo 46.º, n.º 4.

Com efeito, logo em 1977 foi a Comissão Constitucional consultada sobre tal problema pelo Conselho da Revolução — nos termos do artigo 284.º e para os efeitos do artigo 279.º da versão originária da lei fundamental —, tendo vindo a emitir parecer no sentido afirmativo quanto à parte final do preceito, isto é, quanto justamente à proibição de «organizações que perfilhem a ideologia fascista» (parecer n.º 11/77, em *Pareceres da Comissão Constitucional*, 2.º vol., pp. 3 e seguintes). Acolheu o Conselho da Revolução esse parecer e, no seguimento dele e ao abrigo do citado artigo 279.º da redacção primitiva da Constituição, recomendou à Assembleia da República «a emissão das medidas legislativas necessárias para tornar exequível a norma constante do n.º 4 do artigo 46.º, que proíbe as organizações que perfilhem a ideologia fascista» (resolução n.º 105/77, no *Diário da República*, 1.ª série, de 16 de Maio de 1977, também publicada nos *Pareceres* e vol. cit. p. 23).

A recomendação do Conselho da Revolução deu origem à apresentação, na Assembleia da República, de três projectos de lei contemplando a matéria (os projectos de lei n.ºs 71/I, 76/I e 77/I, respectivamente do PCP, do CDS e do PSD) e, em resultado dessa iniciativa, veio a Assembleia da República a aprovar o Decreto n.º 176/I, o qual — após passado o teste da fiscalização preventiva da constitucionalidade, a que foi submetido por iniciativa do Conselho da Revolução, e a que respeitou o parecer n.º 19/78 da Comissão Constitucional (em *Pareceres*, cit., 6.º vol., pp. 77 e seguintes). Acolhido por aquele Conselho (Resolução n.º 137/78, no *Diário da República*, 1.ª série, de 13 de Setembro de 1978, e *ibid.*, p. 109) — veio a converter-se na Lei n.º 64/78, de 6 de Outubro, cuja epígrafe é, precisamente, «Organizações fascistas».

É, pois, o disposto nesta lei que basicamente importa considerar no caso — mas, naturalmente, sem perder de vista o horizonte constitucional em que a mesma se inscreve.

14 — Começa tal diploma, no seu artigo 1.º, por reproduzir a proibição formulada na parte final do n.º 4 do artigo 46.º a Constituição («são proibidas as organizações que perfilhem a ideologia fascista»), e por fornecer, para o efeito do que nele se estabelece, a noção ou o conceito dessas organizações: primeiro, o que se entende por uma «organização» (artigo 2.º) e, depois, o que a caracterizará como perfilhando a ideologia fascista (artigo 3.º).

Dispõe a lei, seguidamente, sobre as consequências jurídicas do incumprimento da proibição que estabelece (ou visa assegurar), consequências

essas que serão de duas ordens: por um lado, a extinção, no mesmo acto em que sejam objecto dessa qualificação, das organizações judicialmente declaradas como perfilhando a ideologia fascista, com o impedimento do exercício, por si ou através de qualquer dos seus membros, directamente ou através de qualquer organização sucedânea, de toda e qualquer actividade e, bem assim, com a perda dos seus bens patrimoniais a favor do Estado, sem prejuízo dos direitos de terceiros de boa-fé (artigos 4.º e 8.º, n.os 2 e 3); por outro lado, a punição criminal dos fundadores e responsáveis da organização declarada extinta, bem como, em determinadas circunstâncias, dos seus simples membros ou até de quem só tenha participado na actividade da organização, com as penas de prisão de dois a oito ou até dois anos. Mais concretamente: são passíveis da primeira destas penas «os que tiverem organizado ou desempenhado cargos directivos ou funções de responsabilidade» na organização declarada extinta e também os membros dela «que tenham tomado parte em acções violentas» ou «que, após a extinção, ajam com desacatamento da decisão declaratória, ainda que no âmbito de nova organização similar»; são passíveis da pena de prisão até dois anos as pessoas que, não sendo membros da organização declarada extinta, houverem «participado na sua actividade ilícita».

Por último, contém a Lei n.º 64/78, um conjunto de preceitos adjectivos, provendo sobre a competência para o decretamento da medida extinta e para a aplicação das sanções nela previstas, bem como sobre os respectivos processos. Assim: defere-se ao Supremo Tribunal de Justiça — hoje, ao Tribunal Constitucional — a competência para qualificar e declarar a extinção de organizações que perfilhem a ideologia fascista, define-se a legitimidade para o exercício da correspondente acção e estabelecem-se regras sobre o processo aplicável (artigos 6.º, 8.º, n.º 1, 9.º e 10.º); por outro lado, atribui-se ao Tribunal Criminal da Comarca de Lisboa a competência para a aplicação das sanções criminais previstas no diploma (isto é, para o julgamento dos correspondentes crimes) e providencia-se sobre a celeridade do processo (artigos 7.º, n.º 1, e 11.º); finalmente, articulam-se estas diferenciadas competências jurisdicionais e os correspondentes procedimentos, dispondo que os processos em que o Supremo Tribunal de Justiça — leia-se, agora, o Tribunal Constitucional — tiver declarado extinta qualquer organização por perfilhar a ideologia fascista sejam por aquele remetidos ao Tribunal Criminal de Lisboa, a fim de neste se seguir o procedimento criminal (artigo 7.º, n.º 2).

15 — Da descrição do conteúdo da Lei n.º 64/78, que acaba de fazer-se, já resulta claro que o legislador separa processualmente o reconhecimento judicial de uma organização como perfilhando a ideologia fascista e a declaração da sua extinção, das consequências jurídico-criminais ligadas à constituição de organizações dessa natureza; e também resulta claro, em vista de tal separação, que o objecto do presente processo se cinge à questão da qualificação da organização requerida como perfilhando a ideologia fascista, e ao eventual decretamento da sua extinção.

É certo — e disso haverá de ter-se consciência — que, na lógica do diploma em apreço, ocorre uma relação necessária de dependência e complementaridade entre aquele reconhecimento e aquelas consequências, já que o sancionamento criminal do desrespeito da proibição de constituir organizações que perfilhem a ideologia fascista depende, por um lado, da prévia declaração como tal, e da consequente extinção, de determinada organização, mas é, por outro lado, como que postulado por essa declaração. Ou seja: se a decisão judicial que qualifique uma organização como perfilhando a ideologia fascista é «condição de punibilidade» dos fundadores, responsáveis, membros ou simples participantes na actividade dessa organização (nos termos antes sucintamente indicados), também, de acordo com o disposto na Lei n.º 64/78, deverá ela dar automaticamente lugar à instauração do correspondente procedimento criminal.

Seja como for, não é do apuramento dessa responsabilidade individual, de natureza criminal, que agora se trata. É tão-só — repete-se — de averiguar se a organização requerida deve qualificar-se como perfilhando a ideologia fascista e deve, consequentemente, ser declarada extinta. A tanto se limita a competência do Tribunal Constitucional.

A questão é, pois, basicamente esta: face aos factos dados como provados pelo Tribunal, poderá e deverá concluir-se que o Movimento de Acção Nacional — MAN, deve ser extinto, por caber na categoria das organizações que perfilham a ideologia fascista, tal como definida nos artigos 2.º e 3.º da Lei n.º 64/78?

16 — Como logo se vê, o primeiro problema implicado na questão enunciada é o de saber se o Movimento de Acção Nacional constitui ou constituiu verdadeiramente uma «organização». De facto, o que no artigo 46.º, n.º 4, da Constituição (e, depois, na Lei n.º 64/78) se profbe não é a adesão individual de quem quer à ideologia fascista, nem toda e qualquer forma de manifestação pública, defesa ou propaganda dessa ideologia

— é, tão-só, a existência de «organizações» que se proponham tal objecto ou finalidade.

Daí que o legislador da Lei n.º 64/78 tenha começado por definir o que se entende, para esse efeito, como «organização». Fê-lo, como já se disse, no artigo 2.º do diploma, nos seguintes termos, que se transcrevem:

1 — Para o efeito do disposto no presente decreto (trata-se, evidentemente, de um lapso: deveria ter-se dito «da presente lei»), considera-se que existe uma organização sempre que se verifique qualquer concertação de vontades ou esforços, com ou sem auxílio de meios materiais, com existência jurídica, independentemente de forma, ou apenas de facto, de carácter permanente ou apenas eventual.

2 — Consideram-se, nomeadamente, como constituindo organizações ou associações, ainda que sem personalidade jurídica, os partidos e movimentos políticos, as comissões especiais, as sociedades e as empresas.

Perfilha-se, pois, uma noção muito ampla de «organização», a qual tem correspondência, afinal, no entendimento ou conteúdo puramente «sociológico» do conceito, isto é, no conceito de organização como «sistema social»: um sistema de actuações e comportamentos que mutuamente se integram e visam combinar, e que se diferenciam, de maneira relativamente estanque, do conjunto envolvente de actuações e comportamentos não pertencentes ao sistema (cf., Niklas Luhmann, *Evangelisches Staatslexikon*, 2.ª ed., col. 1689). É irrelevante, por conseguinte, tudo quanto respeite à configuração jurídica da entidade em causa: basta — nas palavras da lei — uma «qualquer concertação de vontades ou esforços» para que se esteja perante uma organização. E mais: não será mesmo necessário que tal concertação de vontades se traduza na mobilização de meios materiais, em ordem à prossecução do objectivo comum; nem necessário será, tão-pouco, que essa concertação tenha carácter de permanência.

Não por acaso, de resto, delimitou o legislador o conceito de «organização» nos termos amplos que vêm de indicar-se: é que, desde logo, a proibição do artigo 46.º, n.º 4, *in fine*, da Constituição, reportando-se expressamente a «organizações», e não simplesmente «a associações», quis abranger, por certo, não apenas entidades deste segundo tipo (juridicamente configuradas como tais ou não), mas ainda de outros; e, depois, nisso justamente se baseou também a Comissão Constitucional para opinar no sen-

tido de que a exequibilidade do preceito constitucional em causa carecia de legislação específica.

Precisando este último ponto: entendeu a Comissão Constitucional (e, com ela, o Conselho da Revolução) que, se na legislação «comum» anterior já existiam preceitos e instrumentos processuais de tutela que permitiam viabilizar a proibição da parte final do artigo 46.º, n.º 4, relativamente às associações (ainda que não personalizadas) e mesmo, porventura, às fundações, tal já não aconteceria «no que se refere a outras formas admissíveis de organização (v. *Pareceres*, 2.º vol., cit., p. 9). Compreende-se, portanto, que sejam *todas as formas admissíveis de organização* as abrangidas pelo artigo 2.º, n.º 1, da Lei n.º 64/78.

Entretanto, chamadas de novo a examinar a matéria da proibição de organizações de ideologia fascista, agora em sede de controlo preventivo do decreto parlamentar que veio a converter-se na Lei n.º 64/78, não deixou a Comissão Constitucional de advertir para algum risco que o recurso a uma noção tão ampla de «organização» pode comportar, quando está em causa a restrição de direitos, liberdades e garantias — o risco, evidentemente, de poderem ser e virem a ser abrangidas pela fórmula legal situações que se localizam para além (ou aquém) da proibição constitucionalmente estabelecida e estão, em boa verdade, cobertas ainda pela garantia das liberdades de expressão ou de manifestação.

Mas este risco, ou este perigo, considerou a Comissão que ficava contrabastado entendendo-se que a exemplificação feita no n.º 2 do artigo 2.º «concretiza e delimita» o conceito do n.º 1, «avançando com figuras por demais conhecidas» — como as associações, com ou sem personalidade jurídica, os partidos e movimentos políticos, as comissões especiais, as sociedades e as empresas —, «que são susceptíveis de o precisarem». E, a seguir, explicitou a Comissão: «como a enunciação não é taxativa outras concertações ou conjugações de vontades ou esforços poderão preencher o conceito de organização constante do decreto, mas o intérprete não deixará seguramente de orientar-se pelos exemplos que lhe são apresentados, não conferindo a dignidade de organização a esquemas que com eles se não identifiquem ou, pelo menos, a eles se não assemelhem» (*Pareceres*, 6.º vol., cit., p. 82).

O Tribunal sufraga por inteiro este entendimento das coisas e a necessidade, dele decorrente, de operar com prudência e cautela na aplicação, às várias situações da vida que se apresentem, da noção de «organização» vertida no artigo 2.º da Lei n.º 64/78.

17 — Seja como for, mesmo operando com a prudência que acaba de referir-se e o teor da lei exige, não sofre dúvida que o Movimento de Acção Nacional — MAN constituía uma «organização», tal como esta realidade é concebida no preceito legal ora em causa. É essa, na verdade, uma conclusão que seguramente se impõe, face, por um lado, a quanto vem de dizer-se sobre o sentido e alcance do mesmo preceito e, por outro, à matéria de facto que o Tribunal deu oportunamente como provada.

É certo que o Movimento de Acção Nacional nunca assumiu a «forma» de uma pessoa jurídica (naturalmente de índole associativa), mantendo-se sempre como mero «ente de facto», e que é justamente a este «ente de facto» — e não, importa sublinhá-lo aqui, à associação juridicamente «formalizada» que lhe serviu de instrumento: a Associação Cultural Acção Nacional — que se reporta o pedido de qualificação e declaração de extinção formulado no presente processo. Tal circunstância, porém, é irrelevante, pois, como se viu, a configuração jurídica da entidade social que, em cada caso, esteja em questão é de todo indiferente para incluí-la ou subsumi-la no âmbito do artigo 2.º da Lei n.º 64/78.

Por outro lado, é também certo não se poder afirmar que o MAN alguma vez dispôs de uma «estrutura orgânica» perfeitamente definida e clarificada, e «estatutariamente» formalizada — mas isso é igualmente irrelevante, pois que tão-pouco essa exigência pode retirar-se daquele preceito, mesmo quando cautelarmente interpretada nos termos atrás referidos.

Relevante é, assim, que o Movimento de Acção Nacional constituía um agrupamento de pessoas, o qual se foi alargando ao longo do tempo, que visou prosseguir, em conjunto e com permanência, um certo objectivo comum; que dispunha de um núcleo dirigente ou estrutura directiva, composta, de facto, por um presidente, uma comissão política e o conselho nacional; que a actividade dos membros ou militantes do movimento se desenvolvia — e efectivamente se desenvolveu — em ligação, se bem que não formalmente definida, com os órgãos centrais dessa estrutura directiva; que o Movimento reuniu e pôs ao serviço da prossecução dos seus objectivos meios de vária natureza, nomeadamente meios financeiros, provenientes, em particular, de quotizações dos respectivos membros; que o Movimento se empenhava na formação dos seus militantes, utilizou diferentes publicações para difundir a sua doutrina e dispôs, inclusivamente, de um «órgão de expressão», que foi o jornal *Acção*.

Tudo isto, na verdade, é suficiente por si — e sem necessidade de mais considerações para impor a conclusão de que o Movimento de Acção

Nacional constituía uma «organização», tal como definida no artigo 2.º, n.º 1, da Lei n.º 64/78.

Mas não só isso. Com efeito, se às características enunciadas se juntar a respeitante à natureza dos objectivos que tal Movimento se propõe, haverá mesmo de concluir-se que ele se inclui, afinal, numa das categorias de «organização» que o legislador tipifica na exemplificação do n.º 2 daquele artigo 2.º: a categoria, justamente, dos «movimentos políticos».

18 — Firmada esta conclusão, segue-se um segundo problema, do mesmo modo implicado na questão básica posta no presente processo — ou, se antes assim se quiser, uma segunda vertente dessa questão: naturalmente a de saber se a organização constituída pelo Movimento de Acção Nacional pode e deve qualificar-se como «perfilhando a ideologia fascista».

A caracterização do que seja uma organização que perfilha a ideologia fascista constitui, por certo, um problema bem mais árduo e complexo do que o anteriormente analisado.

Tal complexidade poderá situar-se logo ao nível da própria razão de ser e justificação constitucional de uma proibição «privilegiada» de «organizações que perfilhem a ideologia fascista», como é a da parte final do artigo 46.º, n.º 4, da lei fundamental, retomada pela Lei n.º 64/78 — proibição essa, dir-se-á, que se apresenta como «unidireccional», não abrangendo genérica e indiferenciadamente todas e quaisquer organizações que, v.g., «atentem contra a ordem constitucional democrática» (para usar, com pequena diferença, uma conhecida fórmula da *Grundgesetz* alemã). E isso tendo em conta que a busca de uma tal razão de ser e justificação normativas há-de naturalmente fazer-se também em termos actuais (isto é, considerando a aplicabilidade actual da Constituição e da lei), e não meramente históricos.

Todavia, mesmo prescindindo — como aqui se prescindirá — de um tal nível de análise da questão, sempre subsiste a dificuldade de determinar com precisão o conceito de «ideologia fascista» — ou o que seja «perfilhar a ideologia fascista» —, para o efeito da proibição constitucional e legal das correspondentes organizações e da catalogação, nessa categoria, de uma concreta organização. Dessa dificuldade dão justamente conta os já citados pareceres n.ºs 11/77 e 19/78, da Comissão Constitucional (cf. *Pareceres*, cit., 2.º vol., pp. 16 e seguintes, e 6.º vol., pp. 83 e seguintes).

É bem certo que o legislador — dando resposta à necessidade, que a Comissão Constitucional assinalou no primeiro dos pareceres referidos, de também nesse aspecto, e sobretudo nesse aspecto, conferir exequibilidade

ao artigo 46.º, n.º 4, da Constituição — veio, no artigo 3.º da Lei n.º 64/78, precisar e concretizar a noção de «organização que perfilha a ideologia fascista», nos termos seguintes:

1 — Para o efeito do disposto no presente decreto (leia-se: «da presente lei»), considera-se que perfilham a ideologia fascista as organizações que, pelos seus estatutos, pelos seus manifestos e comunicados, pelas declarações dos seus dirigentes ou responsáveis ou pela sua actuação, mostrem adoptar, defender, pretender difundir ou difundir efectivamente os valores, os princípios, os expoentes, as instituições e os métodos característicos dos regimes fascistas que a história regista, nomeadamente o belicismo, a violência como forma de luta política, o colonialismo, o racismo, o corporativismo ou a exaltação das personalidades mais representativas daqueles regimes.

2 — Considera-se, nomeadamente, que perfilham a ideologia fascista as organizações que combatam por meios antidemocráticos, nomeadamente com recurso à violência, a ordem constitucional, as instituições democráticas e os símbolos da soberania, bem como aquelas que perfilhem ou difundam ideias ou adoptem formas de luta contrária à unidade nacional.

Simplemente, nem mesmo com esta concretização legal se eliminaram todas as dificuldades — seja ainda da própria clarificação conceitual da categoria «organização de ideologia fascista», seja, muito especialmente, da sua aplicação em concreto.

Que é assim, no que toca àquela clarificação conceitual, denota-o logo, em primeiro lugar, a circunstância de o legislador haver tido de recorrer a um tão alargado conjunto de notas e índices, como os elencados nos n.ºs 1 e 2 do preceito transcrito, para densificar o conceito constitucional em questão, não logrando fazê-lo, afinal, senão de um modo típico e aproximativo; e resulta, a seguir, do facto de, no conjunto dessas notas ou índices, o lugar proeminente vir a ser assumido por uma noção meramente histórica — e, por isso, sempre susceptível de controvérsia ou polémica — como é a de «regimes fascistas que a história regista». Donde que, na aplicação concreta, por seu turno, desse conceito típico e aproximativo, sempre se suscite um problema, de resposta nem sempre fácil: o problema de saber qual a combinação dos diferentes índices legais que deve ter-se como relevante para que uma certa e determinada situação (uma certa e determinada organização) seja subsumida na previsão da lei.

19 — Postas estas considerações gerais, e revertendo agora ao caso dos autos, dir-se-á — atentos os factos que o tribunal considerou provados — que no Movimento de Acção Nacional — MAN ocorrem, de todo o modo, algumas características que se aproximam, ou mesmo correspondem, a notas ou índices a que se faz apelo no artigo 3.º da Lei n.º 64/78 (e é o que neste se refere, e tão-só o que aqui importa) para caracterizar uma «organização de ideologia fascista».

Na verdade, deu-se como assente, nomeadamente: que o MAN professava uma concepção de «Estado nacionalista» (a instaurar por via não eleitoral), oposta à democracia política entendida como regime de pluralismo partidário; que, nesse contexto, se autodefinia como uma organização caracterizada por uma «terceira atitude», oposta ao capitalismo e aos socialismos de «esquerda»; que o MAN proclamava a exaltação da colectividade nacional, envolvendo uma ideia de transcendência e sacralidade desta, e a sobreposição dos seus interesses aos dos indivíduos, num contexto em que igualmente incutia nos seus militantes o culto da ordem, da disciplina e da hierarquia; que o MAN e os seus militantes se proclamavam de «racialistas», professando o culto da pureza da raça, manifestando-se desfavoravelmente à coexistência de diferentes raças no mesmo espaço territorial e à sua miscigenação, e divulgando essa concepção, sendo que os termos em que tal divulgação se fazia eram indiscutivelmente susceptíveis de provocar sentimentos de xenofobia e ódio racial; que o MAN difundia os princípios e valores que assim professava em textos provenientes dos seus responsáveis e insertos em publicações que editava, apoiava ou vendia; que, em tomadas de posição dos seus responsáveis ou em publicações que o MAN divulgava, se exaltavam figuras que foram expoente do nacional-socialismo alemão e do fascismo italiano e também do corporativismo português, o que denota não ser tal exaltação de todo alheia à cultura do Movimento, e que, ainda, o MAN e os seus militantes utilizavam e difundiam os símbolos da saudação de braço ao alto e da cruz céltica.

Verificada a existência destes índices, não se exclui, todavia, que se possa questionar que tais características, cada uma delas e todas no seu conjunto, e tendo em conta que se não provou o carácter violento da organização, se revistam de *consistência* bastante para qualificar o MAN como «organização que perfilhe a ideologia fascista», para os efeitos da Lei n.º 64/78.

20 — A verdade, porém, é que o Tribunal não necessita de dar resposta a esta questão — e isso porque considerou provado um facto que, em seu

entender, retira à extinção do Movimento de Acção Nacional, como «organização de ideologia fascista», toda a justificação. Tal facto é o da dissolução definitiva do Movimento, antes mesmo de apresentado o requerimento introdutório da presente instância, e o da cessação efectiva de toda a sua actividade.

Com efeito, provado esse facto, e provado que ele ocorreu antes de instaurada a presente acção, segue-se que, em boa verdade, esta carece de objecto — já que a providência judiciária que com ela se visava essencialmente obter (o decretamento da extinção de determinada organização) deixa de ter sentido. Donde que também perca sentido o passo intermédio dessa providência, que é o da qualificação da organização em causa, em termos de subsumi-la no âmbito do artigo 3.º da Lei n.º 64/78.

Objectar-se-á a isto, no entanto, que, mesmo verificando-se a circunstância apontada — a dissolução da organização —, sempre a declaração ou decretamento da extinção dela seria necessária, enquanto «condição objectiva de punibilidade» dos crimes tipificados nos n.ºs 1 e 2 do artigo 5.º da dita Lei n.º 64/78, e pressuposto, por outro lado, da efectivação do tipo criminal definido no n.º 3 do mesmo artigo.

E a uma tal objecção poderá mesmo acrescentar-se, porventura, que o Tribunal, ao ignorar esse outro efeito da providência judiciária que lhe é requerida, acaba, no fundo, por esvaziar a Lei n.º 64/78 de todo o seu alcance tutelar, preventivo e pedagógico. O que será tanto mais grave — dir-se-á ainda — quanto a referida lei não perdeu, nesse aspecto, actualidade: bastará pensar no renovado surto de xenofobia e racismo, associados à violência, veiculado por grupos em geral catalogados como de extrema-direita, a que se vem assistindo no espaço europeu, e a cuja propagação ou reflexo Portugal não poderá considerar-se imune. E argumentar-se-á assim, apesar de (repete-se), por um lado, não se ter provado o carácter violento do MAN e, por outro lado, os respectivos dirigentes terem espontaneamente decidido pôr termo à actividade da organização, com expressa intenção de a não virem a reatar.

Simplesmente, não podem inverter-se as coisas, e a verdade é que o apontado efeito jurídico-penal da declaração de extinção de uma organização de ideologia fascista é, tão-só, um efeito *complementar* dessa declaração — um efeito «complementar», de resto, que o é também de um ponto de vista jurídico-constitucional, já que a exequibilidade do artigo 46.º, n.º 4, da Constituição de modo algum postula o sancionamento criminal de condutas violadoras da proibição aí estabelecida. Ora, tratando-se de um

mero efeito «complementar» da providência judiciária requerida, não deverá ele considerar-se suficiente, só por si, para a emissão de tal providência, quando a razão de ser nuclear desta já não subsista.

E, no caso, essa razão não subsiste, uma vez que, não se mantendo de pé a organização em causa, desapareceu o *perigo* que a sua existência, eventualmente, pudesse representar para a ordem constitucional democrática. De resto — deverá acrescentar neste contexto —, tal como em matéria criminal é relevante a desistência e, quanto a certo tipo de criminalidade, se reconhecem mesmo efeitos favoráveis ao próprio arrependimento, também o desaparecimento de uma organização arguida de perfilhar a ideologia fascista há-de relevar para o efeito de saber se o pedido e a declaração da sua extinção ainda mantêm actualidade e interesse.

Consequentemente, a objecção aventada improcede, pois que o simples facto de a organização, que o Movimento de Acção Nacional — MAN constituiu, se encontrar dissolvida já retirará toda a justificação *material* a que se fizesse eventualmente funcionar relativamente a ela, e aos que foram seus responsáveis, o regime da Lei n.º 64/78 — ainda que tendo em vista, tão-só, o efeito preventivo ou dissuasor deste diploma.

III — *Decisão*. — 21 — Nos termos e pelos fundamentos expostos, o Tribunal Constitucional decide indeferir o requerido.

Lisboa, 18 de Janeiro de 1994. — *José Manuel Cardoso da Costa* — *Maria da Assunção Esteves* — *Fernando Alves Correia* — *José de Sousa e Brito* — *Vítor Nunes de Almeida* — *Armando Ribeiro Mendes* — *Luís Nunes de Almeida* — *Messias Bento* — *Antero Alves Monteiro Dinis* — *António Vitorino* — *Alberto Tavares da Costa* — *Bravo Serra*.

(*Diário da República*, II Série, N.º 76, 31-3-1994, pp. 2952(58) e ss.)

ANOTAÇÃO

RICARDO LEITE PINTO (*)

I

INTRODUÇÃO

O presente acórdão coloca várias questões nem todas do mesmo alcance e importância. A primeira, certamente a mais relevante, centra-se no debate entre os defensores da tese da «democracia militante ou protegida» (*Streitbare Demokratie* na terminologia alemã) e os seus críticos. A segunda diz respeito a saber o que é uma «organização que perfilha ideologia fascista» para o efeito do n.º 4 do art. 46.º da Constituição da República Portuguesa de 1976. E, finalmente, o último dos pontos a ver, estreitamente ligado à questão anterior, reduz-se a saber se do contexto fixado pelo Tribunal Constitucional se pode dar como boa a tese da «inutilidade da lide».

Das três questões sumariadas a primeira pela sua contextura e complexidade diz respeito não tanto ao acórdão em análise, mas à natureza da norma constitucional que fundamenta este tipo de processos da competência do Tribunal Constitucional, ou seja à legitimidade, validade e coerência de normas constitucionais que se fundam na ideia de que não deve haver liberdade para os inimigos da liberdade. O Tribunal não se pronunciou sobre essa questão, nem se exigia que o fizesse, sob pena de discutir a própria validade da norma constitucional que deveria aplicar, o que manifestamente extravazaria das suas competências, mas ela é, reconheça-se, a questão que verdadeiramente subjaz à discussão sobre a extinção do MAN.

Vejamos, ainda que de forma resumida, compatível com o objectivo desta anotação jurisprudencial, as questões antes enunciadas.

(*) Assistente da Universidade Lusíada e Advogado.

II

DEMOCRACIA PROTEGIDA OU DEMOCRACIA AUTO-DESTRUTIVA?

Num ensaio intitulado «Como acabam as Democracias» ⁽¹⁾ JEAN FRANÇOIS REVEL, discute a fragilidade das Democracias, as quais, assentando no princípio da Liberdade, admitem no seu seio todas as opiniões e correntes, mesmo aquelas que pretendem abolir a Democracia. E afirma: «o inimigo da Democracia joga uma partida fácil, pois explora o direito de discordar, inerente à própria Democracia». Por outras palavras, «os inimigos da Democracia» ⁽²⁾, utilizariam a cobertura da legalidade democrática, para destruir a própria Democracia.

Parece evidente que nesta abordagem estão enunciados dois problemas diferentes: um, o de discutir até que ponto a vontade da maioria deve ser respeitada, quando a maioria do eleitorado dá expressão a forças que pretendem pôr fim à Democracia, o outro, o de condicionar ou proibir partidos ditos anti-democráticos.

Um dos exemplos correntemente usados a propósito da primeira questão é a ascensão do partido nacional-socialista alemão, o qual alicerçado nos resultados eleitorais, acabou por suprimir as eleições e pôr fim à Democracia de Weimar. Mais recentemente, a propósito das eleições na Argélia que deram relevo a movimentos políticos de raiz islâmica e características fundamentalistas, o tema voltou à ribalta. A discussão desse ponto passa, naturalmente, pelo respeito das regras do Estado de Direito democrático, onde quer que elas existam, e pela possibilidade dos órgãos de poder, designadamente os tribunais, exercerem um verdadeiro papel de fiscalização e controle quanto aos actos inconstitucionais, praticados por forças anti-democráticas chegadas ao poder.

A outra questão, cinge-se a saber se a Democracia deverá tolerar os movimentos ou os partidos que a querem derrubar, ou seja, aqueles que, partindo de pressupostos filosóficos e jurídicos contrários à Democracia, a combatem.

⁽¹⁾ *Como acabam as Democracias*, Lisboa, 1984, p. 12.

⁽²⁾ Utilizamos aqui a expressão vulgarizada por ROBERT DAHL em *Democracy and its critics*, Yale, 1989.

A primeira e incontornável questão, como facilmente se constata, gira em torno do próprio conceito de Democracia e dos valores a ela associados. É certo que a discussão sobre a «Democracia protegida ou militante» pressupõe um determinado modelo de Democracia — o modelo liberal-democrático assente no pluripartidarismo, modelo correntemente designado por «democracia ocidental» — que constitui o ponto de referência para classificar os partidos em democráticos e anti-democráticos. Mas a verdade é que o próprio conceito de Democracia tem variado ao longo dos tempos e varia também sobremaneira de acordo com as escolas e filosofias político-ideológicas. Não se reclamava o Estado Novo, auto proclamado «Estado sem partidos», de uma «democracia orgânica»? E não se intitulavam os Estados Socialistas de «democracias populares» ⁽³⁾?

Ora, parece que o conceito de Democracia, flutuando entre extremos com tão pouco em comum, dificilmente constituirá base sólida para fundamentar teoricamente uma proposta segura de «democracia militante». DURÃO BARROSO assinala que existem duas concepções basilares de Democracia, «uma democrático-liberal» que realça a competição e a alternância no exercício do poder e outra radical ou igualitária «que sustenta a necessidade de uma representação unitária, pois a vontade geral seria tendencialmente indivisível» ⁽⁴⁾. Ora as duas concepções são tendencialmente inconciliáveis. Não é possível miscigenar a «sociedade aberta» de POPPER com a «vontade geral» de ROBESPIERRE. E contudo ambos se diziam «democratas».

Assim quando GIOVANI SARTORI, por exemplo, vem dizer que a Democracia não exige consenso quanto a determinados valores que regem a sociedade ⁽⁵⁾, não será isso a confissão da quase impossível tarefa de fundamentar teoricamente, sobretudo para um adepto da Democracia dita liberal, as teses da «Democracia militante ou protegida»?

A menos que, como HERRERO DE MIÑON, entendamos que o espaço de consenso entre as várias concepções do homem e do mundo, e logicamente da Democracia, contraditórias entre si, se resume à «coincidência no modo de discordar» ⁽⁶⁾. Mas isso será, reconheçamos, circunscrever o consenso,

⁽³⁾ Cfr. PAOLO BISCARETTI DI RUFFIA, *Introduzione al Diritto Costituzionale Comparato*, Milão, 1984, pp. 422 e ss.

⁽⁴⁾ Cfr. «Democracia» in *Enciclopédia Polis*, Vol. II, Lisboa, 1984, col. 73.

⁽⁵⁾ Cfr. *Théorie de la Démocratie*, Paris, 1973, p. 54.

⁽⁶⁾ Cfr. *As vias verdadeiras e falsas do Consenso Constitucional*, Lisboa, 1980, p. 16.

a uma e só uma parte das «regras do jogo» que organizam e comandam as sociedades políticas, a saber, os «limites do Poder». Apesar disso as dificuldades não desaparecem, quanto à fundamentação teórica de semelhantes modelos democráticos. Talvez por isso, as melhores justificações da «democracia protegida» arranquem de considerações práticas ou históricas ou venham do campo da filosofia política (JOHN RAWLS).

O argumento de ordem histórico, foi utilizado na República Federal da Alemanha, para transformar a Lei Fundamental de Bona num autêntico símbolo da «democracia protegida».

Os seus autores receosos de que a Democracia nascida das ruínas da II Guerra Mundial pudesse ser pervertida, como havia acontecido nos anos 30, com a subida de HITLER ao poder, consagraram o princípio de que os partidos que «pelo seu programa ou pela atitude dos seus adeptos» atentem contra a ordem constitucional «democrática e livre» podem ser declarados contrários à Constituição e dissolvidos (art. 21.º, n.º 2) ⁽⁷⁾.

Idênticas justificações de ordem histórica devem ver-se na consagração do art. 46.º, n.º 4 da Constituição Portuguesa de 1976, o qual, segundo JORGE MIRANDA «pode ter sido emblemático na conjuntura histórica em que foi aprovado», mas que *de jure condendo* «não se justifica» ⁽⁸⁾, e na disposição transitória e final XII da Constituição italiana de 1947.

De resto, e no caso português, é de tal forma evidente esse lastro histórico, que a generalidade dos comentadores da referida disposição constitucional refere que a definição de «organizações fascistas» deve «reportar-se à ordem política concreta extinta em 25/5/74 com os seus próprios símbolos, expoentes, organizações e ideologia, bem como às ideologias em que

(7) Ao abrigo desta norma foram dissolvidos pelo Tribunal Constitucional Federal dois partidos considerados contrários à ordem livre e democrática, o S.R.P. (Partido Nacional Socialista) em 23/10/52 e o K.P.D. (Partido Comunista Alemão) em 17/8/56. No primeiro caso, tratou-se de identificar o SRP com o partido nacional-socialista de Hitler, como fonte inspiradora, o que o Tribunal fez, verificando textos e documentos do partido e dos seus dirigentes. Quanto ao Partido Comunista Alemão, a decisão do tribunal suscitou grande polémica. Este procurou evidenciar a incompatibilidade entre o comunismo e a democracia, argumentando que aquele admitia, ainda que transitoriamente, a ditadura do proletariado e perfilhava uma concepção determinista da História, contrária aos postulados da democracia liberal. Cfr. MARGARIDA OLAZABAL CABRAL, *Democracia e Partidos Políticos Anti-Democráticos* in *Revista do Ministério Público*, ano 15.º, Julho-Setembro de 1994, n.º 59, pp. 79 e ss.

(8) Cfr. *Manuel de Direito Constitucional*, Tomo IV, Coimbra, 1988, p. 281.

aquela se inspirou» ⁽⁹⁾. Ou seja, perante construções teóricas ou jurídico-políticas em geral inconsistentes para fundamentar a ilegitimidade de partidos anti-democráticos, recorre-se a razões práticas, historicamente fundadas nos exemplos de Democracias que desembocaram em Ditaduras.

Provavelmente mais apta a encontrar um fundamento filosófico-político para o tema em discussão — dado que passa ao lado da delicada questão da definição material de Democracia ⁽¹⁰⁾ — é a muito afamada «teoria da justiça» de JOHN RAWLS. Este professor da Universidade de Harvard tomando como referência a tolerância religiosa, mas entendendo que a argumentação pode ser alargada com adaptações a outras questões, como os partidos contrários às liberdades constitucionais, começa por considerar três problemas ⁽¹¹⁾: «em primeiro lugar, temos a questão de se saber se uma seita intolerante tem qualquer fundamento para protestar no caso de não ser tolerada; em segundo lugar, quais as condições em que as seitas tolerantes têm o direito de não tolerar aquelas que são intolerantes; por último, nos casos em que tenham o direito de as não tolerar, quais os fins para que deve ser exercido esse direito».

Quanto à primeira questão, conclui que uma seita intolerante não tem legitimidade para protestar contra a intolerância, do mesmo modo que não temos legitimidade para objectar à conduta de outrem que esteja de acordo com princípios que usáramos, em circunstâncias semelhantes, para justificar a nossa acção para com ele.

Mas daí não há que concluir, de forma matemática, continua o Autor, que as seitas que praticam a tolerância tenham o direito de suprimir os intolerantes. Isso só se justificará, escreve RAWLS, quando os intolerantes representem um perigo imediato para a igual liberdade dos outros. Todavia, quando a constituição que garante as liberdades iguais para todos, não está ameaçada, «não há razão para negar a liberdade ao intolerante».

Assim, e em conclusão, «embora uma seita intolerante não tenha por si mesma a legitimidade para protestar contra a intolerância, a sua liberdade

⁽⁹⁾ Cfr. GOMES CANOTILHO e VITAL MOREIRA, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, 3.^a edição, Coimbra, 1993, p. 259. Em sentido idêntico JORGE MIRANDA, *ob cit.*, p. 281 e Declaração de voto no Parecer 19/78 da Comissão Constitucional de 24/8/78 in *Pareceres*, VI, pp. 77 e ss.

⁽¹⁰⁾ Pese embora RAWLS arranque, na elaboração da sua teoria, do modelo constitucional-liberal, densificando alguns dos seus princípios.

⁽¹¹⁾ Cfr. *Teoria da Justiça*, Lisboa, 1993, pp. 178 e ss.

deve ser limitada apenas quando os que praticam a tolerância, sincera e fundadamente, acreditam que a sua própria segurança e a dos que defendem a liberdade está em perigo».

Todavia, RAWLS concede que depende das «circunstâncias concretas» saber se a liberdade dos intolerantes pode ser limitada para preservar a própria liberdade.

Em qualquer caso o Autor da «teoria da justiça» leva as suas considerações ao ponto de criticar, ainda que indirectamente, a existência de medidas restritivas de carácter preventivo contra os intolerantes (no caso os partidos antidemocráticos) ao salientar que as liberdades concedidas aos intolerantes podem persuadi-los a acreditar na própria liberdade: «esta persuasão baseia-se no princípio psicológico de que aqueles cujas liberdades são protegidas por uma constituição justa e dela beneficiam, com o tempo e caso as circunstâncias se mantenham, ir-se-ão tornando fiéis a essa mesma constituição».

Mas não se fica por aqui o debate entre a «democracia protegida» e a «democracia aberta». Outros Autores, vêm esgrimindo argumentos por e contra a democracia militante, ora salientando a natureza e as funções dos partidos políticos no ordenamento democrático, e a legitimidade de medidas preventivas contra os que tenham por fim ofender esse ordenamento, ora referindo os inconvenientes para a própria Democracia, de semelhantes proibições ⁽¹²⁾.

Em resumo, se as justificações teóricas para proibir os partidos ditos anti-democráticos, se revelam assaz claudicantes, as considerações de ordem prática ou pragmática para manter semelhantes impedimentos constitucionais, deparam com a dificuldade adveniente da sua origem histórica muito marcada.

⁽¹²⁾ Veja-se um excelente roteiro dessas posições em GIOVANNI SARTORI, *Théorie de la Démocratie*, Paris, pp. 3 e ss.

III

O CONCEITO DE «ORGANIZAÇÕES QUE PERFILHEM A IDEOLOGIA FASCISTA» (ART. 46.º, N.º 4) E A TESE DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL NO CASO M.A.N.

A Constituição de 1976, já se salientou, «não consente organizações que perfilhem a ideologia fascista», disposição introduzida em 1975/76 e aprovada, saliente-se, por unanimidade. A 1.ª e a 2.ª Revisões foram palco de várias propostas tendentes a suprimir o preceito, sempre sem êxito ⁽¹³⁾.

Em vigor, vai para duas décadas, o preceito constitucional, tornou-se exequível, na sequência do Parecer 11/77 da Comissão Constitucional, em sede de inconstitucionalidade por omissão, e do parecer 19/78, em sede de fiscalização preventiva, pela aprovação da Lei n.º 64/78, de 6 de Outubro, sobre «Organizações fascistas». É fundamentalmente com base neste último diploma que a retórica argumentativa do Tribunal Constitucional no acórdão n.º 17/94 se desenvolve, como se lê, de resto, no próprio aresto.

E é logicamente com base nos critérios da Lei n.º 64/78 que as duas grandes questões que o art. 46.º n.º 4 encerra são respondidas: a primeira, saber o que são «organizações», já que, como é pacífico, a proibição constitucional não abrange os eventuais delitos de opinião, e a segunda, em que consiste a ideologia fascista, para o referido efeito.

Quanto a saber o que constitui uma organização, o Tribunal Constitucional na linha da Comissão Constitucional ⁽¹⁴⁾, perfilha um entendimento muito amplo no qual se incluem as associações, com ou sem personalidade jurídica, os partidos e movimentos políticos, as comissões especiais, as sociedades ou as empresas. Ou seja «basta nas palavras da lei uma qualquer concertação de vontades ou esforços» e nem será necessário que tal concertação se traduza na afectação de meios materiais ou que tenha carácter de permanência, para que estejamos perante uma organização.

E é com base neste critério, plasmado no art. 2.º da Lei em causa, e que se adequa, cremos, ao sentido que a Constituição quis dar à fórmula «organizações fascistas» ⁽¹⁵⁾, que o nosso pretório constitucional, em face da

⁽¹³⁾ Vejam-se as informações que nesta matéria o acórdão em anotação fornece.

⁽¹⁴⁾ Cfr. Pareceres n.ºs 11/77 e 19/78 in *Pareceres da Comissão Constitucional*, vols. 2.º, p. 3 e ss. e 6.º, pp. 77 e ss.

⁽¹⁵⁾ Cfr. nesse sentido GOMES CANOTILHO e VITAL MOREIRA, *op. cit.*, p. 259.

prova produzida, qualificou o M.A.N., pese embora este não tivesse a «forma de pessoa jurídica», nem tenha alguma vez possuído «uma estrutura orgânica perfeitamente definida e clarificada e estatutariamente formalizada», como «organização» para o efeito do art. 46.º n.º 4 da CRP. Mais mesmo, atendendo à natureza dos objectivos que tal Movimento se propõe, o Tribunal concluiu que ele se inclui numa das categorias que o legislador tipifica no art. 2.º, n.º 2 da Lei 64/78, os «movimentos políticos».

Já quanto à segunda questão, saber se a referida organização perfilha a ideologia fascista, o tribunal após ponderar que a proibição constitucional se apresenta como «unidireccional» — ou seja não abrangendo todas as organizações anti-democráticas, como na Lei Fundamental de Bona ⁽¹⁶⁾, mas apenas as que tenham por referência ou inspiração o regime português derrubado em 25 de Abril — e salientar as dificuldades de precisão do conceito, deixa o leitor em suspenso, dado que concluiu por um *non liquet* com respeito a essa essencialíssima questão.

E contudo o tribunal ensaia uma aproximação aos vários itens que a prova fornece para averiguar da imputada ideologia fascista do M.A.N.. Chega mesmo a dizer que algumas características se aproximam ou mesmo correspondem a notas ou índices a que se faz apelo no art. 3.º da Lei n.º 64/78, para concretizar a noção de «organização que perfilha ideologia fascista».

Mas, apesar disso, conclui que «verificada a existência desses índices, não se exclui todavia que se possa questionar que tais características, cada uma delas e todas no seu conjunto, e tendo em conta que se não provou o carácter violento da organização, se revistam de consistência bastante para qualificar o M.A.N. como organização que perfilhe a ideologia fascista para os efeitos da Lei n.º 66/78».

Assim, o Tribunal após verificar tratar-se o M.A.N., uma «organização», não responde à questão de se saber se essa organização é ou não fascista.

É que, o Tribunal entendeu que não precisava de dar resposta a essa pergunta, pela razão de que a organização antes mesmo de «apresentado o requerimento instrutório da presente instância», se ter dissolvido e cessado toda a sua actividade.

(16) O que leva JORGE MIRANDA, por exemplo, a considerar que estaria em causa o princípio da igualdade «através da discriminação contra uma ideologia, entre as várias eventualmente não identificadas com a democracia pluralista consagrada na Constituição». Cfr. *Manual de Direito Constitucional*, vol. IV, cit., p. 281.

Deixando de ter sentido extinguir o que já estava extinto, e carecendo a providência judicial em causa de objecto, na tese do Tribunal Constitucional, — e também por essa razão «perca sentido» a qualificação da organização — conclui a final, por indeferir o requerimento deduzido pelo Procurador Geral da República, para a extinção do M.A.N..

Justificam-se, porém, a nosso ver, algumas observações, necessariamente esquemáticas, e carecidas de mais atenta ponderação, acerca da tese final, que poderíamos qualificar de «inutilidade da lide», que veio a ser unanimemente sufragada pelo Tribunal Constitucional:

- a) Tendo o Tribunal averiguado da existência do conceito de «organização», mas não tendo averiguado nem concluído quanto a saber se tal organização seria ou não «fascista», não deixa de ser paradoxal, que os juízes constitucionais se tenham ocupado com minúcia dos aspectos formais de uma organização auto-dissolvida que afinal não se sabe se foi ou não fascista;
- b) Sendo certo que a declaração da ideologia fascista e a extinção da respectiva organização, são o pressuposto dos efeitos jurídico-penais previstos no art. 5.º da Lei 64/78, — punibilidade dos que organizaram e dirigiram a organização —, e admitindo-se como boa a tese da inutilidade da lide pela auto-dissolução de organização fascista, sempre ficaria a descoberto, insusceptível de qualquer punição, a prática dos ilícitos penais previstos no art. 5.º da Lei 64/78 (veja-se o regime das associações criminosas, cuja eventual dissolução não impede a punibilidade dos seus «associados» — art. 287.º C. Penal);
- c) Invoca o acordão em apreço que se a desistência e o arrependimento, são relevantes do ponto de vista jurídico-penal, o desaparecimento da organização arguida de perfilhar ideologia fascista, também o seria do ponto de vista da sua eventual extinção; todavia, os efeitos jurídicos da desistência e do arrependimento que se projectam na esfera das pessoas singulares arguidas de um ilícito penal, não são de modo algum assimiláveis ao da dissolução de uma organização, e, por outro lado, a desistência só exclui a punibilidade em condições muito especiais e o arrependimento é, tão só, valorado para o efeito da determinação da pena aplicável.

Estas as observações que, acerca da complexa e importante matéria da proibição constitucional dos partidos de ideologia fascista, o acórdão n.º 17/94 do Tribunal Constitucional, o único até agora sobre o tema, nos suscitou.